

# COMUNICAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA

## Notas sobre a cultura brasileira e as relações culturais entre o Brasil e os demais países do Continente

Relatório de pesquisa realizada em 1959 em oito estados brasileiros sobre o trabalho do pesquisador e professor nas áreas de história, literatura, filosofia, antropologia e arqueologia, ciência política, estudos clássicos, direito. Descreve as condições dos serviços de documentação, informação e difusão cultural, e do intercâmbio com outros países.

- 1. Introdução**
- 2. Apresentação dos atuais critérios de intercâmbio cultural no plano internacional**  
(Intercâmbio a partir das instituições universitárias e não-universitárias)
- 3. Isolacionismo e rarefação intelectual**  
(Sugestões para uma política corretiva. O problema da universidade)
- 4. Instâncias disciplinadoras do processo intelectual**  
(Criação de novos mecanismos institucionais que disciplinem a atividade intelectual)
- 5. O intelectual brasileiro e as instituições culturais:**
  - 5.1 Análise das instituições existentes
  - 5.2 Instituições de documentação e informação
  - 5.3 O problema do livro e da revista erudita no Brasil
  - 5.4 Instituições de pesquisa e atividades científicas
    - 5.4.1 Obstáculos à pesquisa
    - 5.4.2 Atividades científicas nos campos compreendidos pela investigação
- 6. Estudo global de cada campo investigado**

## 1. INTRODUÇÃO

### Nota preliminar

O relatório que se vai ler sobre “Comunicação Cultural na América” nos foi solicitado pelo Prof. Anísio Teixeira, como subsídio para os estudos que vem realizando o American Council of Learned Societies, do qual faz parte o ilustre educador brasileiro. Em forma sumária, são apresentados os resultados gerais de uma pesquisa feita em oito estados do Brasil sobre as condições de trabalho do pesquisador e do professor brasileiro, na área das ciências sociais e dos estudos clássicos, e as possibilidades de comunicação cultural com seus colegas dos outros países do Continente.

Os problemas que constituíram objeto da pesquisa aparecem no relatório dentro duma tessitura sistemática que reúne os fatos dispersos numa visão coerente e unificadora. Acreditamos insuficiente, para os objetivos dessa entidade, a reportagem fragmentária ou os levantamentos apenas enumerativos, onde a complexidade disparatada dos fatos não pudesse vincular-se à compreensão orgânica de suas causas e implicações. Aí está o espírito com que foi redigido este relatório. Não poderíamos deixar sem referência, nesta introdução, a pressa a que fomos obrigados, dada a exigüidade de prazo: quarenta e cinco dias para visitar sete Estados brasileiros e elaborar o relatório. Não foi possível, em tão curto período, o aproveitamento integral da documentação que chegamos a coligir. A abundante colheita e o sem número de perspectivas e sugestões nascidas nesse contato intenso com a realidade cultural brasileira reclamariam elaboração mais longa e tranqüila, para a qual, sabe Deus, poderemos ainda voltar os nossos esforços, em oportunidade de mais lazer.

Teríamos ainda de esclarecer, em duas palavras, o critério de elaboração deste trabalho. Antes da pesquisa, como é natural, procuramos fixar nitidamente os objetivos gerais que a deveriam conduzir; numa segunda etapa, já em contato com os fatos, foi o nosso esboço inicial ampliado e modificado pelas exigências empíricas do quadro que viemos a surpreender; finalmente, montamos um novo esquema, não mais aprioristicamente, mas subordinado ao material coletado. Mesmo assim se notarão alguns claros no corpo de trabalho, e indicações, no plano esboçado, de análises só incompletamente realizadas. Constatar-se-á, em suma, que o esboço promete mais do que dá este apressado relatório. É que a pesquisa nos sugeriu uma quantidade de temas e direções, que apenas pudemos deixar indicados no plano e escassamente explorado no relatório.

### Plano do relatório

1. Tentamos focalizar, neste trabalho, alguns problemas fundamentais da cultura brasileira, de nossa organização universitária e do intercâmbio cultural entre o Brasil e os demais países da América. Interessou-nos, particularmente, esclarecer e aprofundar o conjunto das causas e circunstâncias – antigas ou recentes – que determinaram um certo perfil de intelectual, de professor e de pesquisador com que afinal viemos a identificar-nos. Procuramos surpreendê-los no ambiente por que estão condicionados; caracterizar a sua atitude em relação

à realidade brasileira. Pesquisamos condições, formas e instrumentos de trabalho, assim como os obstáculos ao trabalho coletivo, ao espírito de equipe e à cooperação intelectual nos vários planos e níveis: nacional e internacional, universitário e não-universitário. A investigação, de acordo com o que foi recomendado pelo American Council of Learned Societies, estendeu-se às duas grandes áreas dos estudos sociais e dos estudos clássicos: ensaiamos, neste particular, a visão do conjunto em cada campo, ao mesmo tempo que as suas notas específicas e o grau de identificação do pesquisador e do professor com a sua especialidade.

A análise sincera de uma problemática mais ou menos comum a todos os países da América Latina, e o esforço no sentido de radicalizar as indagações mais fecundas, teriam de levar-nos ao abandono das fórmulas e considerações convencionais e a surpreender mecanismos e tendências freqüentemente esquecidas ou ignoradas. Creio, porém, que esse procedimento, que refoge aos clichês e à reiteração rotineira de certas colocações e soluções, não por força de qualquer intuito de originalidade mas de simples fidelidade aos fatos, vistos nuamente e sem idéias preconcebidas; e que esse esforço de aclarar a trama empírica com a revelação das causas mais profundas, é que, afinal, interessam de forma mais alta e duradoura aos objetivos do American Council of Learned Societies.

## **Plano de trabalho**

1. O trabalho pretende situar o intelectual no quadro das circunstâncias brasileiras, como o ator na cena; estudar a sua formação cultural e, sobretudo, o seu comportamento em relação às instituições culturais. Sob certos aspectos, trata-se de uma análise dos mecanismos institucionais brasileiros e do processo de desenvolvimento cultural de nosso país.

Prende, igualmente, como há pouco assinalamos, prender a multiplicidade fragmentária dos fatos a certas idéias unificadoras; busca o fato capital que tornará inteligível todo o nosso processo espiritual. A meu ver, esse fato, no Brasil, é o desligamento entre a inteligência brasileira e a realidade brasileira. É o fenômeno que mais largamente concorre para a explicação dos demais: a alienação da cultura, a rarefação intelectual, o relegamento da inteligência pela sociedade brasileira a uma situação de marginalidade; o isolacionismo do trabalhador intelectual; a ausência de objetividade no labor dos intelectuais e dos pesquisadores; a falta de articulação entre as instituições culturais, particularmente a universidade, e o processo de desenvolvimento do país; o artificialismo do sistema de intercâmbio cultural – intra e internacional etc.

## **Os problemas**

Partindo pois desses dois fatos predominantes – a separação entre a inteligência brasileira e o processo brasileiro, e a falta de representatividade e de solidez de nossas instituições – investigamos:

## I – Raízes de nosso processo cultural

- a) Nova interpretação do fenômeno de transplantação cultural, seus processos e conseqüências.
- b) O problema da densidade e da rarefação intelectual.
- c) Uma interpretação de *intelligentsia* brasileira.

Neste capítulo foram feitas rápidas alusões a uma tipologia do intelectual brasileiro, que pretendemos levantar de forma sistemática, em estudo especial.

## II – O intelectual e as instituições culturais

- a) O indivíduo contra as instituições.
- b) As instituições contra o indivíduo.

## III – Algumas aproximações concretas (decorrentes dos princípios acima formulados)

### 1) As instituições básicas da elaboração e transmissão da cultura

#### A universidade

A cultura brasileira, antes e depois da Universidade. Características da Universidade brasileira, inclusive as decorrentes das condições que marcaram as suas origens e o seu desenvolvimento.

#### Instituições não-universitárias

Instituições de pesquisa

O pesquisador no Brasil

Instituições de pesquisa existentes no país, e suas atividades

Outras entidades culturais

### 2) Política de formação de quadros

Instituições nacionais e internacionais interessadas no problema

### 3) Instituições de serviço

Bibliotecas

Informação

Documentação

### 4) O problema do intercâmbio

Nova concepção de intercâmbio inter-americano; reformulação do sistema.

Enquanto não se alcançar uma certa estrutura interna, e mais efetiva institucionalização do trabalho intelectual, não será possível o intercâmbio internacional que se deve produzir como expansão de nossa dinâmica institucional.

A aproximação cultural não poderá ser o fruto de simples procedimento diplomático, visando a interesses políticos. Autonomia dos interesses culturais. O caminho será o conhecimento recíproco da cultura dos vários países do Continente.

As instituições promotoras de intercâmbio. Apreciação de suas atividades. Os erros da política oficial.

## **Súmula dos passos dados na investigação**

### I - Campos

A investigação abrangeu os seguintes campos: História, Literatura, Filosofia, Arqueologia, Estudos Clássicos, Economia, Antropologia, Sociologia, Ciências Políticas, Direito, Educação (os dois últimos, acrescentados ao roteiro fornecido pelo American Council of Learned Societies).

### II - Organização do trabalho

a) De conformidade com o procedimento, há pouco assinalado, procuramos estudar ao mesmo tempo, e nas suas últimas implicações, o pesquisador e o intelectual e o seu ambiente.

b) Escolhemos os principais centros universitários brasileiros, em número de sete, como campo de investigações: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais), Recife (Estado de Pernambuco), Salvador (Estado da Bahia), Curitiba (Estado do Paraná), Fortaleza (Estado do Ceará). Além desses, visitamos uma pequena Universidade de província, para fixarmos os problemas de um meio universitário de nível mais modesto. Com esse objetivo, visitamos a cidade de João Pessoa (Estado da Paraíba), a 180km do Recife.

c) Como se verifica no item anterior, adotamos o critério de investigar somente os melhores padrões de trabalho intelectual e universitário no País, forçados a essa medida seletiva pela falta de tempo. O critério adotado nos permite certas inferências, em relação aos meios culturalmente mais carentes, embora a apreciação dos desníveis e da grande diversidade brasileira não possa ser por esta forma rigorosamente apurada. O mesmo critério foi utilizado em relação aos especialistas escolhidos. Empregando o método da entrevista, ouvimos, em cada uma dessas cidades, representantes de todas as especialidades incluídas no roteiro, procurando, na medida do possível e para efeito comparativo, reunir no mesmo campo depoimentos de gerações diferentes. Fizemos, em média, 15 entrevistas em cada uma dessas cidades, além de termos obtido dos entrevistados o preenchimento de um questionário através do qual se pudesse inferir a sua integração na especialidade e seu grau de atualização no conhecimento de fontes especializadas na América Latina, na América do Norte e na Europa, além de outras partes do Mundo. Procuramos tornar essa amostragem a mais extensa e rica possível, mas a exigüidade de tempo não nos permitiu senão um estudo sumário a que não falta objetividade, mas que precisa ser complementado. O que mais importa neste relatório é o empenho de descobrir os fatos mais esclarecedores da nossa organização cultural.

d) Procuramos, desta forma, conhecer a situação de cada um desses meios culturais, suas carências e problemas, mas também os esforços positivos e as virtualidades, as instituições universitárias, bibliotecas e editoras; condições de formação e aperfeiçoamento de seus professores e pesquisadores, associações

culturais e revistas especializadas; possibilidades de intercâmbio; a atuação de instituições estrangeiras, nos vários Estados; a comunicação inter-regional e inter-universitária.

Sobre as universidades brasileiras, colhemos vasto material e esboçamos uma série de estudos interpretativos que no trabalho aparecem escassamente, pelo meu receio de não incluir nele senão matéria pertinente. Entre outros, estudamos os seguintes problemas, referentes à universidade:

d1 – Origem e desenvolvimento das Universidades brasileiras. Condições de recrutamento de seus quadros iniciais, qualidade destes, a repercussão no processo universitário das condições do provimento inicial.

d2 – As três gerações de professores universitários do Brasil. As perspectivas para o futuro; sugestões para a formação da geração verdadeiramente universitária.

d3 – A comunicação inter-universitária.

d4 – Política de aperfeiçoamento do pessoal universitário adotada no Brasil.

d5 – Relações entre a universidade e a cultura brasileira; a absorção e o “acoplamento” que ela realiza dos grandes valores intelectuais do País e dos recursos governamentais para a educação e a pesquisa. Os graves problemas que disto decorrem, se não houver uma política inteligente de aproveitamento do capital humano e dos recursos disponíveis.

d6 – Relações entre a universidade, de um lado, e de outro, a vida brasileira, a administração pública e privada, a indústria e o processo de desenvolvimento do País.

d7 – Expansão do ensino superior, erros do sistema adotado, ou a falta de sistema.

d8 – Os órgãos dirigentes da universidade: a organização democrática, com administração colegiada, que deveria ser, vai-se tornando no Brasil uma instituição autocrática.

## **2. APRECIÇÃO DOS ATUAIS CRITÉRIOS DE INTERCÂMBIO CULTURAL NO PLANO INTERNACIONAL**

### **Os erros**

As relações culturais entre o Brasil e os outros países do Continente são de três tipos:

- a) diretas, entre entidades culturais de diferentes países;
- b) promovidas por órgãos específicos existentes no País. Nesses dois casos o processo se apresenta falho, pelo seu caráter esporádico;
- c) de iniciativa governamental, por vias diplomáticas; só acidentalmente são culturais, dada a preeminência dos interesses políticos, legítimos, mas deslocados, na esfera em que se situam. Os órgãos de promoção e cooperação cultural do Itamarati não chegam a articular-se eficazmente com os interesses das instituições culturais do País.

Nós fazemos intercâmbio (nós, latino-americanos), mas não comunicação. Esclareço em que sentido tomo os dois conceitos, distinguindo-se devidamente. A comunicação se faz quando a vida nacional, representada pelas suas instituições, realmente a reclama ou possibilita, e na medida de suas carências ou forças. O que se comunica entre nações diferentes são interesses, claramente definidos e expressos, através de uma organização nacional à base de instituições sólidas e nítidas pela sua força de representatividade. A dimensão internacional não é uma construção arbitrária, arquitetada fora dos contextos positivos em que se deve inserir. O internacional é o prolongamento do nacional, o caminho da expansão tomado, naturalmente, pelo fluxo de sua existência concreta, de suas necessidades e de seus interesses. O internacional não se forma como um ente da razão, mas pela dinâmica real, espontânea – no forte sentido desta palavra – da vida de cada povo, ou, mais concretamente, de suas instituições. Donde uma conclusão, a meu ver sociologicamente válida e do mais importante sentido concreto: não se pode fazer intercâmbio cultural eficaz senão na base dessa dinâmica institucional. Precisamos pôr ordem à casa, disciplinar o País, organizá-lo interiormente, institucionalizar os seus interesses – e não multiplicar instituições sem nenhum valor representativo – dentro de pautas como as que procuro apresentar ao longo desse trabalho: organicidade das instituições (o que só pode advir de sua integração no processo brasileiro), escala proporcional aos seus objetivos (pessoal e recursos), trabalho coletivo, em que os esforços individuais e a ação das instituições sejam realmente complementares entre si, em vez de dispersos, coincidentes ou conflitantes. Uma das principais razões da pouca eficácia relativa do intercâmbio cultural entre nós é que ele não é “canalizado”, não há – as mais das vezes – órgãos suficientemente representativos e estruturados para terem a consciência de seus objetivos e meios para realizá-los: daí a frouxidão, a dispersão, a fragilidade com que atuam entre nós os vários órgãos de intercâmbio cultural. A isso se acrescenta a nossa carência de espírito internacional, assinalada noutro ponto, e teremos um quadro das dificuldades brasileiras para um intercâmbio que seja realmente uma comunicação, uma inter fusão, uma complementaridade.

É preciso, com urgência, proceder à profunda revisão dos critérios de comunicação cultural. Revisão de concepção e de métodos. A política cultural dos países americanos – a que pretende ser mais ambiciosa – tem-se processado em função dos interesses políticos de cada nação e, pois, a reboque de sua política diplomática. Os departamentos diplomáticos têm demonstrado agir de forma acidental, sem situar e hierarquizar os problemas em sua ordem própria; e, por falta de integração à índole e natureza destes, e pelo caráter acessório e adjetivo que lhes atribuem, a sua atuação é superficial e intermitente.

Esperar produzir o interesse de um país pela cultura de outro, como consequência de procedimento e gestões políticas, é admitir, funestamente, uma extrapolação que, normalmente, não se pode verificar. A política de intercâmbio cultural terá de encontrar razões de interesse nos próprios valores culturais de cada país do Continente. Só a convicção quanto ao merecimento intrínseco da produção intelectual de um país é capaz de torná-la apreciável, de forma eficaz e permanente, aos olhos de outros países. Ora, a nossa orientação tem sido outra: a de pretender angariar o apreço cultural para os nossos países como consequência da harmonia e da amizade política. O fato é que continuamos a ignorar-nos, solenemente; a subestimar o trabalho e a inteligência uns dos outros, sem os conhecermos e por o não conhecermos. E enquanto não se promoverem

os meios de descobrirmos o seu valor real, a necessidade de cotejarmos experiências comuns, o interesse de ajuda mútua e de trabalho comum para enfrentarmos o desafio dos mesmos problemas – não só na ordem econômica, mas também na ordem cultural, tendo em vista a criação de uma civilização do Novo Mundo, baseado no esquema de seus valores vitais próprios, perpetuaremos a situação atual de isolacionismo cultural.

Ainda em relação à concepção que, a meu ver, deve prevalecer em nossas relações culturais, para torná-las reais e eficazes, julgo particularmente interessante este ponto: a conveniência, senão a necessidade, de construirmos a nossa civilização: 1º) sob a perspectiva das necessidades e interesses comuns; 2º) num sentido novo, correspondente à realidade nova que, por menos que disto tome consciência, é a América. Uma civilização talvez mais vitalista que intelectualista no sentido da tradição européia. Só descobrindo – e neles confiando – esses valores vitais próprios, estaremos preparando caminho para a elaboração de uma cultura que não tema ser americana, moldada em nossas experiências afins, com um viço de criatividade e de originalidade que o desafio do mundo novo é capaz de dar-lhe; que nos encorajará, enfim, a não sermos apenas caudatários da cultura européia. Com esta temos de comum a “alma” no sentido que neste caso lhe dá um Malraux; mas é preciso não perder de vista a aventura que estamos realizando. A Europa está bloqueada por certas cristalizações tradicionais e inarredáveis, e a sua cultura intelectual se vem processando a modo duma longa ruminação, de reformulação de velhas idéias, sem uma clareira de espaço virgem, através da qual se possa erigir a imagem do homem novo e da nova civilização.

Isto, quanto à concepção. No que se refere aos métodos, utilizados para a difusão e o prestígio de nossa cultura nos demais países, o menos que se pode dizer é que são, na maioria dos casos, inócuos. Estão errados nos seus propósitos e carentes de meios adequados de eficiência. Muitos desses serviços culturais se dedicam ao ensino da língua e da literatura brasileira, quando há necessidade de um procedimento mais fecundo que, felizmente, já se introduziu, por exemplo, no Instituto de Nova York: estudos globais de nossa civilização, dirigidos por pessoas de alta experiência que não se restrinjam aos interesses de sua especialidade e se situem em problemas centrais. Por outro lado, faltam, de modo geral, a esses serviços, as condições mínimas de eficiência, particularmente instrumentos de trabalho: livros, revistas, material de informação e documentação.

Passemos aos fatos:

a) do intercâmbio promovido por órgãos diplomáticos e políticos, que já mencionamos, voltaremos a tratar no estudo das ciências sociais no Brasil;

b) quanto às instituições destinadas, especificamente, ao intercâmbio, destacam-se a CAPES, pelo que faz, pela seriedade e método com que trabalha, apesar da escassez de recursos e de certos critérios discutíveis; e o IBBD, pelo tipo de organização que idealizou mas que só escassamente está realizando. Seriam instituições básicas, destinadas, com a ampliação de seus recursos e de suas tarefas, a figurar num sistema novo de intercâmbio. Em nenhuma outra encontrei, a rigor, uma política de planificação;

c) enfim, o intercâmbio direto das partes interessadas: no domínio que abrangeu a nossa pesquisa, poderíamos estabelecer ligeira síntese, a ser apurada e complementada, das minhas impressões.

Em primeiro lugar, é preciso distinguir instituições universitárias e não-universitárias.

As universidades e os seus institutos mantêm um intercâmbio reduzidíssimo e bastante improdutivo:

- a) pelo seu caráter esporádico, sem repercussão na vida universitária;
- b) pelos erros de método: o costumeiro sistema de conferências, por exemplo, que é o mais freqüente meio de comunicação entre professores de diferentes universidades, é, obviamente, bastante precário, particularmente nas condições em que se realiza, sem a devida atenção para o recrutamento e a preparação do auditório;
- c) pelas dificuldades, às vezes intransponíveis, criadas pela direção de universidades e faculdades ao intercâmbio cultural. Dificuldades de saírem os professores locais e de virem professores estrangeiros ou de outras universidades do país; pela indiferença ou, noutros casos, a má orientação dos reitores em relação à qualidade cultural das universidades. Neste ponto contentam-se com a rotina, enquanto se mostram empreendedores e arroçados na tarefa de criar novas escolas e institutos, de construir e instalar prédios;
- d) pelos entraves do próprio sistema universitário atual: obstáculos de ordem burocrática, para a substituição de professores que venham a ausentar-se temporariamente em viagem de estudos ou de intercâmbio; e o contrato de professor ou pesquisador de fora. Há também, embora mais raramente, uma certa desconfiança do meio universitário em relação ao bolsista, que se julga fazer turismo às custas do erário público, o que suponho decorrer de certos precedentes que justificariam a desconfiança;
- e) não há recursos para que os professores participem de congressos e simpósios, mesmo nacionais – e sobre isto ouvi queixas repetidas.

Como se vê, um dos problemas básicos da universidade – e eu direi, sem alarmismo, da cultura brasileira – é, como antes assinalei, a política de distribuição dos recursos destinados a instituições universitárias, e os seus critérios de aplicação. Refletem estes, no nosso caso, numa mentalidade em atraso, desligada dos avanços reais já esperados no seio da própria universidade, e gerando um descontentamento profundo nos professores – o que, só por si, já constituiria um óbice muito grave à vida universitária. O cesarismo dos reitores que, inclusive, fazem da política de distribuição desses recursos a sua própria política de perpetuação no cargo, constitui um entrave bastante sério para o sistema, em conjunto e, no caso, para o intercâmbio. Pois, se aqui defendo o princípio de que o intercâmbio é um processo que só se torna eficaz como uma ligação entre instituições, como expansão livre de seu processo operacional, um processo à base das atividades das próprias instituições, com possibilidade de saberem o que querem e de terem os meios para cobrirem as suas deficiências, então, a organização autocrática em que se transformou a universidade representa o mais sério empecilho à comunicação e ao intercâmbio cultural. A vida universitária, dessa forma, não é um sistema de forças que se manifestem espontaneamente pelo jogo livre dos fatores em presença, que assim naturalmente se hierarquizam; o que tem valor na universidade não é o que tem significação para ela como instituição, refletindo as suas genuínas virtualidades; o que adquire prestígio é o que é sacramentado pela vontade cesária de seus dirigentes ou a vontade maquiavélica dos grupos que dela se apropriaram – indebitamente, “*ça va sans dire*”. Trata-se duma subversão no sistema de valores da universidade. Não se pode dizer, como certo professor de filosofia em

conversa comigo, que nada se alterará na universidade senão como resultado de novos contextos sociais. É preciso distinguir. Certas características essenciais, encontradas no correr deste trabalho, dependem do sistema social. Mas há outras que poderiam ser corrigidas, ou atenuadas, sobretudo pela ação consciente dos professores, cabendo a liderança da solução aos que mais agudamente sentem o problema.

Deve este grupo aproximar a universidade da sociedade, onde o seu papel de liderança é quase insubstituível. Não pode ela deixar de assumir, com urgência, o seu papel ao lado de outras forças de liderança no seio da sociedade. Nas condições atuais, nenhuma instituição terá as condições da universidade, desde que seja posta em comunhão com o povo, de fazer a liderança coincidir com a influência de elites autênticas.

A liderança possui dois aspectos dialeticamente complementares: a similaridade com os liderados, que lhe dá representatividade e autenticidade democrática; e a dissimilaridade, que cria para o povo focos de polarização capazes de levá-lo a superar-se a si mesmo, constantemente.

Ora, a universidade estaria, depois da sua conversão democrática e da sua revitalização, singularmente dotada para essa dialética, em que, ao mesmo tempo, se adapta – função metabólica – e se insurge contra a estagnação – função catabólica. A função do líder não é só conformar-se, é propor um projeto que, em vez de abstrato, seja ao mesmo tempo vitalmente encarnado no seio do grupo e motor da realização autêntica ou da substituição de seus ideais. Creio que aí se situa a universidade, do ponto de vista sociológico.

Quanto à conversão democrática da universidade, teremos ocasião de falar ao longo destas páginas.

### **3. ISOLACIONISMO E RAREFAÇÃO INTELECTUAL**

#### **O grande isolamento**

O intelectual brasileiro está privado de contatos com os centros de atividade cultural. Dificuldade até de iniciação em qualquer especialização científica, por falta de densidade cultural do meio, sem a qual carece, não só de estímulos, como de critérios de aferição, do saber organizado e hierarquizado, das condições de disciplina intelectual, das técnicas e instrumentos de trabalho. Na sua maior parte eles se mostram angustiados, pela consciência cada dia mais aguda das privações e das limitações a que estão submetidos. Sentem as deficiências do autodidatismo, mas as condições de trabalho com que contam estão muito aquém de suas aspirações e do nível adequado de atualização. As livrarias, em toda parte, exceção feita de Rio e São Paulo, são precaríssimas. As bibliotecas, tanto as públicas quanto as de entidades privadas e as universitárias inclusive, revelam um espantoso estado de carência: 1) falta de pessoal e de recursos: algumas não podem sequer classificar os acervos por falta de espaço e de instalações; 2) os créditos para aquisição de livros e revistas nas universidades são irrisórios; as prioridades orçamentárias são, quase sempre, para obras de construção, muitas vezes suntuárias, graças à orientação

prevalente entre os reitores e diretores; só os setores de ciências básicas e aplicadas são relativamente bem aquinhoados, graças à pressão exercida sobre as universidades pela atual conjuntura sócio-econômica; o que, em parte, revela não terem os outros setores da atividade intelectual conseguido, por falta de vitalidade, produzir uma atitude mais enérgica de reivindicação das condições de trabalho que lhes são devidas. E isto ocorre, em parte, por falta de consciência precisa dessas necessidades, pelos resíduos de uma mentalidade intelectualista e verbalista que mal articula o seu trabalho a procedimentos técnicos e ao espírito de equipe; pelo autodidatismo que continua a ser causa de inúmeras deformações e desvirtuamentos; daí a impossibilidade do trabalho de equipe e da conjunção dinâmica e militante dos esforços dos especialistas e pesquisadores para imporem às universidades e a outras instituições de pesquisas uma estrutura adequada; a incapacidade de nossos intelectuais e pesquisadores para a disciplina institucional; de se utilizarem das instituições e cooperarem na sua administração e aperfeiçoamento. Dessa incapacidade resultam prejuízos para as instituições – bibliotecas, arquivos, museus etc. – que não contam com a sua colaboração, e deles próprios, que não podem prescindir dessas instituições. O intelectual brasileiro trabalha comumente, para exemplificar, à base da biblioteca particular, pouco se servindo da de uso comum; ao contrário do que ocorre com o intelectual europeu ou norte-americano.

\* \* \*

Esse isolamento se agrava com as deficiências e mesmo a inexistência, em alguns estados, dos serviços de informação bibliográfica e documentação. As universidades federais, em número de oito, mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), instalaram esses serviços que, infelizmente, em nenhuma delas funcionam, ainda, satisfatoriamente. Os professores e pesquisadores de todos os estados, para as suas teses e pesquisas, se valem diretamente do IBBB, que, no entanto, está circunscrito às ciências básicas e aplicadas. O progresso das atividades científicas das regiões onde estão localizadas as referidas universidades, não tem sido acompanhado, nem de perto, pela sua documentação.

\* \* \*

Ensaíamos a análise de algumas das causas principais desse isolacionismo:

#### 1. Autodidatismo

Dificuldade do trabalho de equipe, que exige certa igualdade de nível dos participantes e uma atitude de esportividade para admitirem colocar o trabalho em bases de complementaridade, cada um suprindo as suas próprias deficiências e colaborando, com os seus conhecimentos especializados, para suprir as deficiências dos outros. Medo de se expor, falta de confiança na sua própria competência, desejo de segurança, são manifestações de uma complexa mentalidade que formou o autodidata brasileiro. Por outro lado, a *intelligentsia* brasileira identificou, no início de sua formação, a atividade intelectual como atividade rara, incomum; e, por um processo natural, o intelectual deixou, na medida do possível, de ser social, passou a ser um isolacionista, guardando em segredo as suas fontes de informação para que não se socializassem – e não se

quebrasse o feitiço, a incomunicabilidade, a solidão esotérica que era a fonte de seu prestígio. Nisto reside uma das principais causas do comportamento não-comunicante do intelectual e do pesquisador brasileiro.

A dificuldade de o intelectual brasileiro trabalhar coletivamente, de articular-se às formas institucionais do trabalho, resulta, igualmente, da sua imaturidade cultural. O indivíduo de um país imaturo se antepõe à instituição e, em vez de servi-la, serve-se dela; num país amadurecido o indivíduo reconhece o caráter superpessoal das instituições; a longa tradição destas fá-lo reconhecer a sua força de representatividade e historicidade. Situa-se em relação a elas em termos de historicidade, isto é, reconhecendo ser ele próprio ao mesmo tempo uma vocação pessoal inalienável e uma parcela de um todo em cujo processo ele se funde; estando a sua vida vinculada por um especial e permanente movimento dialético à sociedade e suas instituições; ao mesmo tempo, um “caso a parte”, um destino intransferível, e um momento da duração social. O europeu, por exemplo, tem a consciência desse devenir histórico e, por mais importância que adquira a sua individualidade, reconhece estar “esmagado” pelo sentido contínuo, perenial e de irrefragável grandeza e importância das instituições a que serve. Sabe que se trata de uma grandeza que não pode disputar – nem o deseja: a educação histórica lhe ensinou que, por mais paradoxal que isto seja, a forma mais compatível de seu engrandecimento pessoal consiste, não raro, em colaborar com a grandeza dessas instituições e em “perder-se” nelas. Esta idéia das instituições é que os povos imaturos não têm. Daí ser possível, no Brasil, diretores de serviços moldá-los pelos seus interesses próprios. Cada um se investe em relação às instituições de serviço na atitude de grão-senhor. Podem transformá-las, suprimi-las ou então criar, sem comedimento, novas instituições. Vemos assim museus cuidando de literatura; bibliotecas, da documentação etc.

Outro ponto importante, em relação à maturidade intelectual, é que, onde ela não existe, falta o elemento essencial de controle e disciplinamento da produção intelectual: inclusive para desencorajar e impedir o aventureirismo e a mistificação. Ela impõe níveis: representa a consciência do valor da obra substancial – consciência que se produz e se reflete em dois planos:

a) No plano pessoal e subjetivo, sob a forma de amor à obra válida, de reconhecimento íntimo e eficaz do que representa, da absoluta in-significação da obra a que falte esse peso de substancialidade. Esse reconhecimento paralisa qualquer *élan* para a obra mistificadora. Vivendo num meio que impõe certos níveis de qualidade, sente o trabalhador intelectual com tal lucidez o *nonsense* absoluto de uma obra escrita só por escrever, sem uma importância que a justifique – tão agudamente tem consciência de seu procedimento, de sua “ vaidade” absoluta, que essa consciência se transforma numa consciência de impossibilidade. Daí resulta um mecanismo mais ou menos espontâneo de autocontrole.

b) No plano social e objetivo: a sociedade, pela sua densidade cultural e consciência crítica, como acima constatamos, só admite e valoriza o que está de acordo com seus padrões mínimos solidamente incrustados na consciência de todos. Desta forma, o seu poder disciplinador funciona automaticamente. Ninguém ousa enfrentar o imenso poder de sanção intelectual de que dispõe a sociedade amadurecida.

Ora, quais são as conseqüências desta situação? Entre outras já manifestas na sua simples caracterização, ocorre esta, de indiscutível importância: a obra substancial, sobretudo em nossos dias, não é possível senão

quando a cultura é comunicante; como o país imaturo não valoriza adequadamente o trabalho intelectual pelo critério de substancialidade e de significação do que ela representa, disto decorrem dois fenômenos: 1) a irresponsabilidade relativa, no trabalho intelectual, por falta de pressões disciplinadoras e de densidade cultural; 2) o indivíduo alheio ou contra as instituições de serviço e o trabalho coletivo, não os valoriza, não os prestigia, não coopera para a sua organização e aperfeiçoamento, não se utiliza deles. Sabotados, às vezes, quando sente que representam uma ameaça a seu prestígio solitário, sustentado, inclusive, pela mistificação esotérica de seu pensamento e de suas atitudes, contra as quais o sistema universitário e outros realmente orgânicos se opõem como um antídoto.

## 2) A circunstância geográfica

A circunstância geográfica torna difícil a comunicação entre as várias regiões do País. E graças a ela se produz curioso fenômeno que combina, ao mesmo tempo, o *mimetismo* dos centros menores em relação aos mais importantes, e o seu *autonomismo*. Em virtude do fato, a meu ver fundamental, da cultura no Brasil – que é o desligamento entre a inteligência brasileira e o processo brasileiro, o fato de a nossa inteligência não ter assumido o País, nem se “engrossado” de seus contextos vitais – nem o País, como um todo, nem as suas várias regiões procuram formar a sua cultura, em pautas de autenticidade, e com a substância de suas próprias realidades. Graças a isso, e também por causa disso – pois, no caso, houve uma reciprocidade de causas – foi a nossa cultura feita à base de transplantações, e o próprio País, conseqüentemente, “plantado de galho”, como acentuava Nabuco.

O que, em conseqüência, acontece é que as várias regiões brasileiras e suas universidades não produzem a sua cultura própria, mas uma cópia dos grandes centros. Além de se criarem, em todas as províncias, todos os tipos de ensino superior, reproduzindo as mais atrasadas os padrões das mais adiantadas, graças à uniformização rígida e ao legalismo do sistema de ensino brasileiro, o nosso mimetismo teria de chegar a esse grau de artificialismo que hoje constatamos: reproduz apenas os mecanismos e esquemas formais sem a substância da cultura transplantada, o que era inevitável pela falta de condições de assimilação. Produz o simulacro, instala-se dentro dele, e adota uma atitude de autonomia à base dos mecanismos transplantados sem os correspondentes conteúdos, nos quais somente poderia apoiar-se o processo de autonomização. O mimetismo – a atitude de absoluta dependência – e o enfático autonomismo, configurado nestes moldes, em vez de antinômicas, são atitudes perfeitamente correspondentes.

A circunstância geográfica e o desnível cultural dificultam a colaboração entre os estados. Os grandes se isolam e se tornam inacessíveis à colaboração dos menos desenvolvidos; estes ficam marginais ao processo cultural brasileiro, produzindo com uma espécie de ênfase vingadora aquele tipo de autonomia a que acima nos referimos.

## 3) Rarefação e densidade cultural

Que fazer, em face do quadro apresentado? Como articular o Brasil, interna e externamente, no plano da pesquisa científica e do trabalho individual?

Como fazer com que a circunstância geográfica, em vez de isolar as regiões brasileiras – umas fechadas em si mesmas pela consciência de sua superioridade, e outras reagindo, erradamente, contra a sua solidão, querendo transformá-la numa autonomia impossível –, possa estimular a sua legítima afirmação? Pela intensificação de seu caráter próprio, mas dentro de um *sistema brasileiro* de comunhão e de complementaridade? Como atenuar e corrigir a rarefação cultural brasileira, nos aspectos que não dependam apenas de causas circunstanciais, mas de uma nova atitude e de uma nova política? Atitude da inteligência brasileira, assumindo o seu País, fundindo-se com o seu processo e, assim, tirando dos seus problemas densidade e força de representatividades, ao mesmo tempo que a sua presença, a sua inserção concreta nos problemas reais produziria no povo brasileiro, como reverso da medalha, a consciência de estar perto da cultura e (liquidando-se desta forma a *intelligentsia* dos segregados) de ter a sua vida real e empírica misturada às cogitações de seus cientistas e pensadores – fazendo um todo com elas: só isso fa-lo-ia, ao povo, interessar-se pela cultura e buscar as suas soluções, acreditar nela e prestigiá-la. Ora, exatamente, o desligamento entre a cultura brasileira e os problemas concretos da vida brasileira é responsável, não só pela inorganicidade dessa cultura, como assinalamos noutros tópicos deste relatório, como pelo seu desprestígio, improdutividade e *rarefação*. Se o povo (através de seus problemas concretos e de sua própria iniciativa) participa do processo cultural, a cultura se “engrossa” com a substância dos seus problemas, e, então, em vez de grupos confinados e encastelados, multiplicaremos os pontos de interesse comum e de contato, através dos quais a cultura se comunica, se difunde e se faz presente em todo o País. O problema de rarefação comporta dois aspectos, interligados: densidade do conteúdo da própria cultura, e uma densidade do meio cultural pela quantidade de pessoas que participam de seu processo e pela facilidade com que essas pessoas se comunicam. Em ambos os aspectos, o caminho a seguir me parece o que acima foi sugerido, e sobre o qual a exigüidade deste relatório não permite que me alongue.

O problema de rarefação está ligado obviamente ao de comunicação: a comunicação sem fronteiras, expandindo-se pelos seus caminhos naturais, que são particularmente o das afinidades culturais e o da solidariedade intercontinental. Se essa cultura não se expande, como é da vocação de toda cultura autêntica, arrastada pelo interesse de problemas que são essencialmente interligados, ou pelas necessidades de confrontação de experiências, de idéias, cuja falta levaria o País a uma espécie de “autismo”, a um pensamento e uma linguagem não-comunicantes, a caminho do mais completo definhamento; se nos atravessarmos no caminho dessa expansão e violentarmos seu fluxo natural, se fecharmos as portas de casa, por um impulso de ressentimento “nacionalista”, por explosões de complexos de inferioridade que querem afirmar a independência cultural pelo arbítrio abusivo e ingênuo, e decretar contra a natureza das coisas; ou, por uma falta de visão do que deveria ser o processo a que tenho aludido, de fundir a inteligência brasileira à vida brasileira, com os meios adequados de reagir contra a alienação e de corrigi-la – então estaremos praticando mais uma dessas impaciências brasileiras que perdem a medida das coisas e os compassos da sabedoria e do realismo; mais uma dessas distorções culturais e históricas de que temos tantos exemplos, corrigindo sempre por um estranho movimento pendular um artificialismo com outro (como foi o caso dos excessos de Modernismo, apesar de seus declarados propósitos de *integração nacional*; e sob essa luz o

movimento modernista tem de ser, ainda, aprofundado. Ele pôs o dedo na ferida, mas não conseguiu depois escapar do artificialismo). Usamos sempre a solução preconcebida e apriorística, e esse artificialismo de soluções *queridas*, das soluções *a priori*, tem sido responsável pelas nossas inconseqüências e desconjuntamentos.

Gostaria de lembrar outro fenômeno de imaturidade, de rarefação cultural: o prestígio de certas figuras, os “donos do assunto”, autodidatas cuja desenvoltura é estimulada pelas solicitações do meio e que, desta forma, impõem, sem nenhuma força disciplinadora – por falta de cotejo e de pautas de aferição – a sua autoridade indiscutível, como instância definitiva para os problemas surgidos no seu meio. Resistem até à universidade, e entretêm um sistema próprio de autodefesa e de combate às instituições universitárias, mesmo fazendo parte delas, algumas vezes. Habitua-se a província a apoiar-se nessa autoridade, por falta de atuação e prestígio das universidades. Arqueólogos, botânicos, economistas e sociólogos deste tipo se multiplicam no Brasil. Bem se pode imaginar o prejuízo que ao desenvolvimento do processo cultural causa a influência desse empirismo ingênuo e, às vezes, enfatuado.

Os corretivos para essas situações, e na perspectiva da política acima esboçada, são vários, e abordaremos aqui os que dizem respeito à universidade e sua participação no processo de enriquecimento da cultura brasileira.

a) Preliminarmente, convém salientar que nas universidades brasileiras, de modo geral, há um desenvolvimento consideravelmente maior das ciências naturais que o de qualquer outro setor. Isto é significativo, não só como reflexo da nossa conjuntura social e econômica, como por outros fatos que parecem revelar: 1) As matérias científicas tiveram melhor provimento, na origem das universidades. Mesmo tratando-se de autodidatas nas disciplinas a seu cargo, os antigos professores vinham de carreiras e especialidades que os tinham familiarizado com os métodos científicos, tendo em relação a estas disciplinas certa iniciação pelo menos virtual. Tinham a *forma mentis*, a disposição, o *hábitus* favoráveis. Ocorreu, neste ponto, um curioso fenômeno em nossa evolução cultural. Começaram a surgir ciências novas, tanto naturais como humanas: as ciências naturais recém-implantadas no País eram novas, no seu conteúdo específico, e, apesar de uma certa novidade também de método, guardavam, como é natural, afinidade com os métodos científicos gerais. A afinidade metodológica aplainava, por exemplo o caminho da medicina à antropologia física. Mas a curiosidade do fenômeno ainda é maior por outro aspecto que a este se liga: se o método das ciências-novas para o Brasil oferecia virtuais afinidades com a de antigas ciências, o que ensinava e estimulava certas aptidões nos velhos cientistas e profissionais do campo; por outro lado, a novidade do conteúdo, da problemática, do “objeto formal”, ao lado da especificidade do próprio método, eram de tal ordem que não permitiam confusão com as antigas disciplinas, e constituíam um desafio, obrigando os professores a procurarem rapidamente novos instrumentos e formas de trabalho. Aí está o interessante paradoxo: entre as velhas e as novas ciências havia, ao mesmo tempo, secretos laços e nítidos contrastes – o que duplamente facilitou o caminho destas últimas: pela aptidão virtual do estudioso familiarizado com os processos gerais da investigação científica e pelo contraste do novo saber que, ao mesmo tempo, impedia a confusão e a mistificação, e o desafiava, sob pena de fracasso, a se pôr em condições de enfrentar o novo encargo.

Não há dúvida de que muitos enveredaram pela mistificação e preferiram *parecer* a *ser* competentes, apesar de a falsidade ressaltar no próprio meio, com especial nitidez. Muitos não enfrentaram o desafio. Mas, de qualquer maneira, os poucos que souberam colocar-se à altura das novas exigências decorrentes da implantação dessas ciências, marcaram, desde logo, uma fecunda plasticidade no trabalho científico, em diversos domínios.

Gostaria de levar um pouco mais longe, mesmo que só de passagem – pela exigüidade do espaço – essas reflexões de metodologia científica e de sociologia da cultura.

Primeiramente, para esclarecer em que sentido os antigos profissionais e professores, ligados, de qualquer modo, às ciências naturais, possuíam uma aptidão virtual para as novas ciências, apesar do caráter marcadamente original destes. Era uma aptidão, digamos, incoativa.

Não perder de vista, igualmente, a feliz complementaridade desses dois fenômenos: a capacidade dos antigos profissionais acostumados ao trabalho científico para as novas ciências – em consequência das afinidades virtuais – e o relevo original das novas disciplinas que ressaltavam das dessemelhanças formais, do conteúdo e das peculiaridades metodológicas.

Ora, as ciências culturais, ou ciências do homem, não tiveram igual favorecimento. Enquanto o contraste entre o velho e o novo feria a vista pelo seu brilho nas ciências naturais, no campo das ciências humanas a diferença muitas vezes se dissimulava, por razões inerentes às peculiaridades dessa ordem do saber, ou decorrentes das circunstâncias de sua evolução.

É mais difícil neste domínio o flagrante, a “sensação” de novidade. Por outro lado, é muito mais freqüente aí a distinção sutil, a análise qualitativa, a presença do imponderável. A especulação e a interpretação, além disso, jogam, nesse domínio, mais largamente do que nas ciências naturais. Os critérios são outros, mais complexos, supondo uma estranha combinação de duas capacidades: a que põe extremo rigor nas análises, na precisão dos contornos, na distinção e avaliação de conceitos; e a que lida com o impreciso, o in-cortável na tessitura tantas vezes indecomponível, inextrincavelmente complexa, que marca, não com exclusividade mas com particular acentuação, as ciências humanas.

Em suma, as ciências humanas exigem, não só um número de dados muito maior, como reclamam uma certa agilidade de espírito, um poder de intuição, a paciência de perseguir o in-definível: uma inconformidade e um espírito de aventura que constituem o seu apanágio. As ciências naturais e as ciências exatas fazem o cientista escravo da precisão, do raciocínio matemático, da fatalidade lógica: não se resigna ele a não ter o controle absoluto dos dados que tem em mãos, ainda que, para isso, retire a esses dados certos elementos de sua realidade e de seu devenir. As ciências humanas transbordam muito mais as outras de matematização, de quantificação. À fatalidade do conhecimento matemático se opõe a aventura das ciências culturais. Cada uma dessas ordens de saber reclama um *hábitus* anímico especial.

A análise dessa forma e desse *hábitus* é que nos mostraria a verdadeira natureza de conhecimento das ciências humanas, e como são possíveis as distorções que se verificam na evolução da cultura brasileira.

Impõe-se a análise da *aventura* das ciências humanas. Essa aventura é feita de rigor e de audácia, entretém-se dialeticamente de precisão e de im-precisão. Supõe uma absoluta firmeza de espírito na busca do rigor, da

clareza, da delimitação; usa metodicamente os instrumentos de pesquisa. É veraz, exata. Apenas, o seu objeto transcende muito a limites do rigor matemático e tem nuances que reclamam outros instrumentos de avaliação.

Ora, as características de tal modo especiais desse saber são a fonte dos equívocos e mistificações que se geraram facilmente em volta dele. A *aventura* a que acima aludimos passa a ser irresponsabilidade e facilidade, ao passo que na hipótese legítima o pesquisador esgota todos os meios de conseguir o saber exato, e quando chega ao objetivamente im-preciso, procura cercá-lo com todas as armas de precisão científica e penetrá-lo na medida do possível, com a intuição de suas dimensões menos submissas às fórmulas sistemáticas, das riquezas informuláveis que exigem expressão menos rígida e esquemática. Por outro lado, o mistificador confunde o im-preciso (impossibilidade objetiva de delimitação) com o impreciso (deficiência do sujeito, incapacidade de discernir); refoge à exatidão, quando ela é possível; transforma um método de tratar todas as coisas o que é apenas uma fronteira entre duas ordens do saber: aquela atitude do cientista, reconhecendo uma ordem transmatemática, e que as suas sistematizações não comportam todo o fenômeno estudado nem podem ser inteiramente cerradas, por fidelidade ao real em devenir – é confundida com a vaguidade, a superficialidade e uma espécie de falso intuicionismo.

O apelo ao probabilístico, que em alguns casos se torna indispensável, cercado de garantias científicas, é substituído pelas aproximações incompetentes em matéria que permitiria a exatidão e o rigor.

No caso do Brasil, insistamos, o campo das ciências humanas não pôde ser beneficiado, como o das ciências naturais, pelo rigor dos contrastes entre as ciências novas e as antigas ciências. Ao contrário: as semelhanças aparentes traíram as diversidades reais. Sociologia, antropologia cultural, política, economia, lingüística, continuaram presas à teia do direito, da filosofia, da lógica, da literatura, da história, da gramática. A confusão dos conteúdos acarretava, obviamente, a confusão das metodologias – e por esse caminho continuou a triunfar o antigo espírito literário, ou falsamente filosófico, ou pedantescamente jurídico.

Como é muito mais difícil a mistificação na formação do médico que de um bacharel, os antigos médicos e engenheiros tinham, entre nós, um saber mais autêntico, na sua modéstia e relativo desprestígio, que o dos enfatuados juristas. O ofício do médico e do engenheiro são exigentes demais para se prestarem ao devaneio, à retórica ou ao exibicionismo erudito. Além disso, o modo como ele aprende o seu ofício e os erros de sua imperícia podem ter conseqüências imediatas de suma gravidade profissional e social.

A medicina entre nós não podia ser tão alienada, por mais que viesse com os tratados estrangeiros o nosso saber. Mas a relativa inseqüência e irresponsabilidade de uma cultura “desinteressada” levam, salvo uns poucos casos, ao eruditismo empenachado e falso. O evolucionismo de Tobias Barreto e de Silvio Romero, o bergsonismo de Farias Brito, o tomismo de Soriano de Souza não eram, em verdade, o evolucionismo, o bergsonismo ou o tomismo. Não representavam um drama de idéias em que nos sentíssemos participantes, mas clichês estrangeiros exibidos com boa dose de candura.

Daí resultou que o saber antigo não era realmente *objetivo* em seu domínio próprio, e muito menos o seria transferido para outros domínios. A carência de espírito de investigação, o desamor à experiência sempre substituída pela traduções ideológicas e teóricas de outras experiências, o inadestramento, a falta

de espírito científico, que marcaram a tradição de nossas *artes liberales* se projetaram nas novas ciências, desnaturando-as perigosamente: e, até hoje, pululam os “sociólogos”, os “filósofos”, os “economistas” etc. que são antigos literatos e retóricos, saindo das velhas crisálidas como as Faculdades de Direito e as Academias literárias.

## b) Pesquisa

b1) Existe um órgão especializado, governamental, a COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos). Visa a corrigir o ensino rotineiro das Faculdades, estimular as pesquisas, promover o trabalho coletivo dos pesquisadores, criando e aparelhando Institutos Universitários, ao nível das exigências da atual conjuntura e do desenvolvimento brasileiro. Dispõe de verbas consideráveis (590 milhões de cruzeiros em 1959). Alguns escolhos, a meu ver, se devem evitar: 1) a criação de um sistema paralelo ao da universidade, por falta de articulação adequada destes institutos com as faculdades; 2) a introdução de novo estilo de organização, intempestivamente, graças a uma mentalidade mágica e mecano-institucional que não se dá conta da necessidade de se entrosarem os novos mecanismos com os contextos existentes. Seria necessário, por exemplo – e isto é evidente –, para o esperado rendimento do regime de tempo integral, reorganizar o trabalho universitário; 3) a localização de Institutos, fora da sua área natural, talvez por uma falsa suposição da autonomia absoluta que poderiam ter com pessoal e equipamentos adequados, podendo prescindir de condições culturais locais; 4) parece que a COSUPI, pelas suas declaradas intenções quanto à forma de sua vinculação ao processo de desenvolvimento nacional, dá excessiva ênfase ao caráter instrumental dos Institutos em relação a esse processo, o que poderia emprestar aos trabalhos da Instituição num sentido mais ou menos emergencial, sem atender aos objetivos mais altos da pesquisa. Com efeito, não podem estes deixar de ligar-se ao progresso da ciência, em geral, nem ficar sob a pressão limitativa de fatores ocasionais ou conjunturais, e só na medida em que essa dignidade de ciência for reconhecida será possível até mesmo ampliar a área de aplicação tecnológica.

b/2) É necessário que haja no Brasil uma idéia clara, e quanto possível comum, sobre a natureza, finalidades e objetivos dos institutos e departamentos universitários. Essa idéia não existe. Algumas universidades estão multiplicando os seus órgãos de pesquisa e de administração, que, por falta da exata compreensão do seu papel, se tornam inócuos ou tomam feição caprichosa, decorrente de razões arbitrárias e fortuitas.

b/3) Abrir-se a universidade a instituições de pesquisa que estão fora de sua órbita.

b/4) A Universidade deve dar aos seus próprios pesquisadores e professores a possibilidade de realizarem o seu trabalho com o maior rendimento possível. Com efeito, já lembramos que os professores, o que fazem de melhor, muitas vezes, só o conseguem fazer fora da universidade. Para isso, eles precisariam de equipamento, documentação, biblioteca – e nesta, de revistas especializadas (é espantosamente reduzido o número delas nas universidades, com certa vantagem para as Universidades de Porto Alegre e Curitiba; São Paulo é das mais desprovidas, em consequência das restrições que vem sofrendo o

orçamento da Universidade e da facilidade de publicar). Lembro noutra parte que a troca de publicações é um dos melhores meios de incentivar o intercâmbio.

b/5) A universidade deve participar das instâncias disciplinadoras (tratadas noutra parte), que a meu ver constituiriam as formas mais eficazes de ligar e organizar o trabalho de especialistas – inclusive no plano internacional. Em todo caso, essas instâncias não deveriam ficar sob a liderança da universidade, cuja pouca mobilidade, formalismo e espírito burocrático atuais as paralisariam.

#### c) Comunicação

Creio constituir medida de maior conveniência a criação de um órgão de comunicação inter-universitário dentro do Brasil, podendo servir de ponto de articulação para o intercâmbio internacional. Ou o aproveitamento de órgãos existentes para essa função.

#### d) Informação científica e documentação

O IBBD mantém convênios, como veremos, com todas as universidades federais: é curioso que, embora podendo prestar serviço utilíssimo aos professores, individualmente, de todas as Faculdades, em algumas delas o Serviço de Documentação e Bibliografia ainda não pôde ser instalado; os professores, com a deformação *isolacionista*, não sabem utilizar-se das instituições, e por isso não prestigiam a sua instalação e progresso, sendo às vezes seus sabotadores inconscientes ou intencionais. Há professores que se empenham em adquirir livros raros, de modo a constituir privilégio seu a utilização dessa fonte, ao em vez de cooperar na atualização das bibliotecas das instituições a que estão ligados. O IBBD, portanto, ou um órgão congênere, poderia encarregar-se deste setor, desde que pudesse dispor de quadros e recursos à altura das necessidades.

#### e) Reestruturação da universidade

Substituir o instituto do catedrático por novas estruturas que assegurem eficiência e flexibilidade à organização universitária.

e/1) A universidade deveria igualmente restabelecer como um dos seus fundamentos a *relação pedagógica*, conforme lembrou D. Candido Padim, ex-reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em entrevista para esse estudo e em perfeita concordância, neste particular, com os pontos de vista que defendo. O diálogo professor-aluno constitui o núcleo da vida universitária, como, aliás, era pensamento também de Whitehead. Ora, dentro dessa perspectiva, a estrutura atual é inteiramente obsoleta; há certas funções que a universidade devia exercer e não exerce: os monitores e auxiliares de ensino deviam realizar trabalhos de outro escalão, e não, simplesmente, dividir o trabalho com os catedráticos; particularmente, ajudar os alunos na pesquisa bibliográfica, na abordagem correta da especialidade etc. Necessidade de um critério de divisão qualitativa do trabalho dos professores de vários níveis; de uma flexibilidade maior – o que é muito importante – para obter a colaboração de pesquisadores e especialistas que não integram ainda o quadro universitário. É impraticável, atualmente, o engajamento à universidade de pesquisadores puros, por exemplo, sem a responsabilidade do magistério. Para que a universidade resolva o

problema de sua ambigüidade – formação profissional, de um lado, e, de outro, a pesquisa pura, um dos elementos de solução será este: enquadrar à universidade pesquisadores profissionais, sem compromissos didáticos. Tão necessário se mostra restabelecer-se esta *relação pedagógica*, pela clara consciência do que a universidade pretende fazer como instituição formadora e transmissora de cultura, e pela adequação funcional de suas instituições a esses objetivos, que algumas Universidades, como a do Ceará, estão criando Departamentos de Educação como uma fórmula corretiva no crescimento tumultuário e da falta de intencionalidade do processo universitário no Brasil. Deverão caber a esse órgão não só as tarefas de coordenação e conexão, como o incentivo a todas as manifestações inventivas e criadoras que atalhem a tendência para a rotina e mantenham a universidade como uma *société ouverte*.

Acredito que, em todos os países do Continente, seria de suma importância e urgência uma vasta reflexão crítica, uma tomada de consciência das universidades, inclusive através de simpósios e congressos com agenda cuidadosamente preparada. Devo esclarecer que esta idéia é simpática a muitos professores. Cada país teria oportunidade de examinar as condições em que se desenvolve o processo universitário, tanto no que diz respeito à sua organicidade para evitar que as universidades cresçam por amontoamento, como está acontecendo, como em relação ao próprio processo brasileiro. No caso do Brasil, sugiro a realização, com a possível brevidade, de um simpósio nacional de universidades.

e/2) Renunciar à mentalidade mágica e mecano-institucional, segundo a qual os mecanismos, uma vez criados, produzem os seus efeitos por automatismo. A idéia desse automatismo mecanicista se concilia com a da mentalidade mágica que tanto mal tem feito ao Brasil, sobretudo no setor do ensino superior e do ensino primário. Veja-se o encantamento mágico por certas fórmulas, como o *tempo integral* etc., lançadas sem a visão de suas exigências práticas.

#### f) Articulação com a administração pública e privada

Por falta de sentido nacional, as universidades estão cada vez mais colocadas à margem desses dois campos, sendo bastante elucidativo, pelas circunstâncias de que se reveste, o fato de na elaboração do Plano de Ação do atual governo de São Paulo – o mais importante estado brasileiro – não ter tido a universidade nenhuma participação. Refiro-me, aqui, ao nacional como a necessária concreção e refração do universal. Toda cultura fundada no acolhimento do real, e não apenas em formas abstratas, tem de partir das raízes nacionais. A universidade tem de exercer por vocação um papel de liderança. E toda liderança, no âmbito do país, tem de emergir do espírito nacional, das suas profundas tradições e de esforço prospectivo com que se lança no futuro.

#### g) Articulação da universidade com outras instituições de pesquisa

Nesse particular, acho que se deve manter certas reservas. O entrosamento se processaria sobretudo em favor da universidade; as instituições de pesquisa e outras instituições culturais, no Brasil, têm sido, invariavelmente e implacavelmente, absorvidas pelas universidades, atenuando-se o fenômeno só no Rio e em São Paulo. É preciso que, mesmo integradas à universidade, as

instituições se guardem de perder o seu viço próprio. O que é importante assinalar é que as universidades representam hoje no Brasil, em que pese todos os seus aspectos negativos, uma soma de recursos pessoais e materiais que não pode passar despercebida aos pesquisadores e trabalhadores intelectuais do País. O problema tem uma gravidade maior do que, em geral, se pensa.

As universidades dispõem hoje de faculdades e condições que lhes permitem a obtenção de recursos enormes, cuja administração, unipessoal e arbitrária, privada da experiência coletiva dos professores, está sujeita a uma política de malbaratamento, pela falta de alcance e a futilidade de muitas de suas iniciativas; e, em qualquer hipótese, está muito mais empenhada em promover os meios que em perseguir os fins; em cuidar de prédios e instalações, que de desenvolver a pesquisa, aperfeiçoar o pessoal, renovar os métodos de trabalho etc.

Creio que as instituições científicas, tão pouco aquinhoadas no Brasil, inclusive e sobretudo por parte do Governo, que mais facilmente beneficia setores privados, devem acercar-se da universidade, cooperar com os seus serviços e aproveitar dos recursos que ela está acumulando sem o rendimento devido e numa linha de crescente descaracterização da instituição universitária e do espírito de pesquisa.

Entre os perigos da descaracterização da universidade brasileira, se deve assinalar a sua proliferação e os móveis que a determinam.

Os líderes políticos, pressionados por uma opinião pública pouco esclarecida que deseja aumentar o prestígio dos Estados com a criação de universidades, e pelos candidatos a empregos altamente remunerados (sobretudo com a perspectiva da federalização das universidades), que constituem um grupo poderoso, açambarcador de cargos de toda ordem inclusive na administração pública, transformaram essa iniciativa, já esvaziada de sentido cultural, em promoção demagógica e eleitoral.

A imaturidade cultural do País deixa atuar livremente esse jogo de interesses subalternos. Falta a consciência do nível universitário, do que ele representa e exige. O preconceito da cultura “desinteressada” e ornamental não permite descobrir o absurdo dessa política. Vê-se a universidade como uma instituição da qual não se há que esperar instrumentos do trabalho e da ação, nem uma forma de cultura militantemente empenhada nos problemas do nosso tempo. É verdade que já começa a generalizar-se a consciência da inocuidade da universidade, e cresce a irritação na medida em que sobem os seus gastos e os salários dos professores. Algumas universidades têm orçamento superior aos dos estados menores da Federação.

Mas a opinião pública não formou ainda a visão adequada do problema, e só aos poucos se liberta dos velhos esquemas culturais que ensejaram todas as deformações.

A federalização das universidades, transferindo os seus ônus ao Governo Federal e elevando os vencimentos dos professores e funcionários a padrões uniformes em todo o país, é ao mesmo tempo um mal e um bem. Essa política açula o empreguismo, lança os políticos na corrida dos empregos para os seus protegidos, nivela insensatamente os níveis de salários do País. Mas é possível que, a longo prazo, as disponibilidades financeiras que proporcionam, junto com a crescente exigência social de que as universidades passem a constituir órgãos atuantes na sociedade, forcem a sua regeneração.

As escolas pobres e desassistidas é que não tem remédio. O prejuízo é menor, dir-se-á, abandonando-as o Governo federal aos próprios recursos; mas não se pode escurecer o mal que acarretam gozando de prerrogativas iguais às outras e produzindo profissionais de baixo nível.

Já que o Brasil se lançou à aventura de multiplicar as universidades, e não parece viável que possa, agora, reduzir o seu número, o que me parece mais certo é enfrentar o desafio de dar meios para que as universidades se aperfeiçoem. Esse objetivo reclama a cooperação constante e inteligente entre as instituições nacionais ligadas ao ensino superior e às universidades; organização que combine sabiamente a autonomia destas e a ação estimuladora e indiretamente retificadora daquelas.

O que tem havido, as mais das vezes, é o desligamento que persiste por baixo das formas puramente mecânicas de articulação. Quando uma escola solicita qualquer auxílio ou providência, as instituições administrativas ou técnicas de cooperação atendem a solicitação, fechando os olhos, salvo nos aspectos formais e legalistas, a todo o quadro vivo que a entidade pleiteante representa. Exime-se das análises mais profundas, da indagação quanto à conveniência da fórmula solicitada. Desinteressa-se pelo passado, pelo presente e pelo futuro da escola; desinteressa-se do seu contexto global; dos efeitos que a medida reclamada terá. Esta medida fica solta no ar, sem história. A bolsa concedida, não se sabe a fecundidade que teve num determinado meio; assim como não se parte do estudo sistemático de cada escola e universidade para que lhe sejam oferecidas as melhores oportunidades de aperfeiçoamento.

A autonomia das universidades, entre nós, não é o exercício de direito de dirigir-se por si mesma; é a solidão de organismos abandonados à própria imaturidade e inexperiência. É uma espécie de autonomia negativa, em dois sentidos; porque ela não é autonomia no que devia ser, sofrendo ao invés a intervenção que lhe deveria ser poupada; e fica só e isolada naquilo que reclamaria cooperação e ajuda. Sofre a intervenção burocrática, a mais compatível com a preguiça dos órgãos federais, que preferem agir mecanicamente – o que não reclama trabalho – a exercer uma ação orgânica, que requer atenção contínua e atividade inteligente. Mas não tem quem a ajude a resolver os seus impasses, a complementar os seus esforços, a suprir a inexperiência que enfrenta condições mais difíceis.

O resultado não pode surpreender a ninguém. As universidades desajudadas, se as apoiasse uma tradição sólida ou uma opinião pública esclarecida e enérgica, enfrentariam a prova, lutando com todas as forças para não perder o seu nível nem sair do leito de sua tradição. No caso da universidade sem esses apoios, é explicável que comecem a medrar as iniciativas sem objetivos, as várias formas de diversionismo, o espírito burocrático, o recrutamento de pessoas incompetentes, a preocupação com os aspectos materiais – em relação aos quais se conta com experiência acumulada, relegando-se aspectos culturais. Quando a estes, falta experiência de uma grande parte: os que a possuem, porém, não encontram meios para influir na condução da política universitária, senão a muito custo e num ambiente de luta.

Os estudantes são os que se empenham mais ativamente, denunciando erros e reclamando reformas; mas, além de carecerem de liderança neste campo, agem desordenadamente, e muitas vezes ficam longe do alvo que deveriam perseguir. Convém destacar, sobretudo, o fato de que, por circunstâncias peculiares à atual conjuntura em todos países da América do Sul,

os estudantes se entregaram à luta política, e se têm omitido no debate dos problemas sobre a Universidade. As suas lutas nesse terreno se localizam geralmente em pontos acidentais, que não atingem a estrutura da universidade.

A geração universitária. Uma das saídas para esse impasse seria a formação de uma nova geração, verdadeiramente universitária. Podemos distinguir três gerações de professores universitários no Brasil, a que correspondem três etapas da evolução da universidade em nosso país: 1) *geração dos autodidatas*; 2) a atual, que não conseguiu superar as limitações da sua formação mas ganhou uma consciência aguda dessa limitação e dos nossos problemas; é a *geração intermediária*; 3) a *geração universitária* propriamente dita, que só será possível formar se os atuais professores e dirigentes universitários se convencerem de que o seu papel mais importante é trabalhar para serem ultrapassados: para formar uma geração superior à que eles próprios representam. Isso seria possível se tivessem outra concepção das *instituições de serviço*, e se sentissem *perder* nelas, como acentuamos noutra parte, reconhecendo-as superiores a eles próprios, enquanto membros da universidade. Essa nova geração de professores e pesquisadores só se formará mediante longos estágios em centros universitários adiantados – e isso São Paulo vem fazendo, em uns poucos setores, ainda timidamente –, mas com a percepção do problema. Trabalhar com pesquisadores de alto nível e realizar projetos sob sua direção, constitui aspiração comum em todos que visitei, sobretudo dos professores e pesquisadores mais interessados e eficientes.

Vê-se que essa solução é difícil, exatamente por causa dos mecanismos frenadores referidos no tópico anterior. Aí está um dos grandes impasses da universidade no Brasil.

#### i) Sistema de compromisso

A universidade no Brasil, pelas condições de sua origem e desenvolvimento, vem-se descaracterizando progressivamente. Para que o verdadeiro sistema universitário surgisse entre nós, seria necessária uma revisão radical, que afetaria menos a própria universidade que o sistema social que ela reflete. Faltam, por exemplo, as condições sociais gerais para que o professor seja só professor e o aluno só aluno (na Rússia, a participação do aluno no trabalho obedece a um esquema educacional dentro da filosofia do Estado soviético; o trabalho, no caso, não é uma atividade competitiva, mas integrativa do estudo). Não sendo possível nenhuma solução radical, creio que a universidade brasileira poderia adotar um sistema de compromisso, utilizando processos que permitam o rendimento máximo de nossas disponibilidades humanas e materiais, dentro das limitações com que atualmente nos defrontamos.

#### j) Publicações

A publicação científica brasileira é escassa, na universidade e fora dela. As revistas especializadas – sobretudo as universitárias – encontram grandes dificuldades, inclusive para obter colaboração. A causa principal é a dispersão do professor universitário, que se dedica ao magistério por acréscimo às suas atividades profissionais e só secundariamente, e às vezes para adquirir novo

*status* em favor delas. Por outro lado, uma considerável parcela dos intelectuais brasileiros não se liberou do eruditismo; contentam-se com ler e desinteressam-se, ou não têm condições de produzir, ou produzem à base de leitura a que acrescentam escassa colaboração pessoal. O fenômeno comporta uma análise aprofundada que a exigüidade deste relatório nos impede de tentar aqui, embora noutros tópicos tenhamos procurado esboçar. Adiantamos, todavia, que é diferente a situação da maioria desses professores que não produzem daquela referida por Whitehead: de professores cujo diálogo com os alunos, de tão vivo e pessoal, constitui uma criação contínua; e de nada mais precisam para a plena satisfação de seu espírito.

#### k) Intercâmbio inter-universitário e inter-regional

Não é fácil. Os centros mais adiantados se isolam dos demais. A cooperação e a comunicação são reduzidas. Há a considerar, também, certas susceptibilidades regionais e as tendências contraditórias para a comunicação e para o autonomismo isolacionista, como já foi assinalado noutra parte deste relatório. Não tem sido possível, por exemplo, a integração regional, pelos sucessivos fracassos dos organismos culturais empenhados em promovê-la. Dada a nossa mentalidade mecanicista, ou mecano-legalista, ocorre um fenômeno curioso de mimetismo dissimulado: os meios pequenos copiam os grandes – e só copiam; depois afetam independência e pretendem que, tendo reproduzido, à letra, a instituição protótipo, sem as condições em que esta se insere, serão capazes de alguma coisa além de atividade simbólica.

#### **4. INSTÂNCIAS DISCIPLINADORAS DO PROCESSO INTELECTUAL**

A sugestão que aqui formulamos contém, a meu ver, um dos pontos de maior interesse construtivo num esquema de rearticulação e adensamento da cultura, no Continente.

Com efeito, em face dos fatos há pouco assinalados – o paradoxo de a universidade ter a imensa parcela dos recursos para a promoção cultural brasileira e nem sequer oferecer condições para o pleno rendimento de seus professores e pesquisadores, além de outros fatos significativos apresentados no corpo deste trabalho –, creio que novas estruturas e mecanismos complementares devem ser estudados, sobretudo se considerarmos que não será possível à Universidade corrigir-se, ela mesma, de suas deficiências e limitações.

Ora, para fazer frente à rarefação da vida intelectual, maior ou menor em todos os países sul-americanos, ao isolacionismo, à atonia dos serviços oficiais, à falta de informação e documentação sistemática, se impõe um estilo novo de organização de trabalho intelectual afetando os seus padrões e a sua disciplina.

Todos os especialistas e estudiosos do País, escalonados em categorias diversas, segundo a sua capacidade, formariam grandes corporações intelectuais de trabalho, independentes de qualquer instituição governamental, inclusive da

universidade. Promoveriam reuniões periódicas (sem o caráter solene e improdutivo dos congressos em estilo convencional) cujas programações seriam devidamente planejadas. Dois componentes, pelo menos, deveriam integrar essa entidade: a agremiação de especialistas e um periódico que servisse de instrumento de trabalho, para a informação, a documentação e o noticiário. Outrossim, poderia essa publicação, ou outras, que tivessem esse fim específico, dar contas do estado atual de especialidade, como ocorre com publicações especializadas na América do Norte e na Europa, particularmente na França.

Essa corporação seria a grande instância técnica e disciplinadora da especialidade no país, correspondendo, com maior grau de representatividade, aos interesses dela, e servindo como um órgão de articulação, de difusão e de intercâmbio. De todos os meios culturais que visitei para os fins desta investigação, recolhi, sob formas diversas, um tanto vagas as mais das vezes, a aspiração de que alguma coisa se criasse no Brasil, em moldes que estão mais ou menos representados nesta sugestão.

## **O intercâmbio**

Quanto ao intercâmbio inter-americano, teríamos de anotar, em suma, os seguintes pontos essenciais:

- a) seria feito à base das instituições;
- b) seriam consideradas três grandes categorias de instituições: as instâncias técnicas, as especificamente universitárias, e as não-universitárias de um modo geral;
- c) dar organicidade e representatividade às instituições culturais de serviços;
- d) reduzir-se aos limites indispensáveis a ação de intercâmbio cultural por vias diplomáticas.

## **Instituições mais importantes do Brasil, nos campos abrangidos pela investigação**

Noutra parte deste trabalho se encontra a relação dessas instituições, com suas principais características.

## **A informação e a documentação**

Necessidade de revisão nas suas atribuições, como já acentuei, inclusive através de definição legal, para evitar a dispersão de esforços e de recursos, as atividades paralelas ou conflitantes (exemplos significativos: o Arquivo, o Museu e a Biblioteca Nacional).

Há um órgão governamental no Brasil que, ampliando os seus objetivos e recursos, poderia realizar satisfatoriamente a tarefa de informação e documentação sistemática: o já referido Instituto Brasileiro de Informação e Documentação. Ocorre, todavia, que esse órgão está subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas, e, por conseqüência, circunscrito às ciências básicas e

aplicadas. Abrangendo outros campos e funcionando efetivamente, poderá ser um elemento do mais alto valor, de comunicação nacional e internacional.

## 5. O INTELLECTUAL BRASILEIRO E AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS

### 5.1 Análise das instituições existentes

Em relação às instituições existentes no Brasil, interessadas na formação e documentação, há que fazer, inicialmente algumas observações de ordem geral seguidas, noutro tópico, de estudo de alguns problemas concretos, referentes a cada uma delas.

a) Falta de delimitação do campo específico de cada uma e conseqüente paralelismo de atividades. Haveria necessidade, inclusive, da definição legal da atribuição dos órgãos governamentais. A coincidência de objetivos ou de projetos apresenta inúmeros prejuízos, dos quais poderíamos destacar: 1) divisão de pessoal e de recursos, impedindo que opere cada uma delas na escala adequada; 2) dificuldade de utilização dos serviços, pela divisão arbitrária e desordenada de atribuições entre várias instituições culturais.

b) Distorção das finalidades das instituições, algumas vezes pelo critério personalista de seus dirigentes. Noutra parte deste estudo, vemos como é comum no Brasil, os responsáveis pelas instituições de serviço, em vez de se sentirem servidores do público por meio delas, dar-lhes a feição que mais convém aos interesses de sua especialidade.

Estimulados pela falta de caráter dessas instituições, pela falta de consistência que só a tradição outorga, e pela sua fluidez – também resultado da precária organização que se agrava com a instabilidade administrativa – costumam fazer *tabula rasa* da organização que encontram, dos serviços que já mantém, das entidades com as quais se articula: os diretores de serviço criam, cada um por sua vez, com outros nomes, coisas já existentes...

A falta de integração dessas entidades com a comunidade a que deveriam servir, a frouxidão da nossa cultura, rarefeita, destituída de tensão e força, da capacidade de moldar as instituições de serviço; a *décalage* já lembrada entre o nosso desenvolvimento e os nossos serviços de informação e documentação – epifenômenos do próprio desligamento entre a inteligência brasileira e o processo nacional – aí estão as raízes dessa irresponsabilidade e inadequação das instituições de serviço que dão aos interessados o que elas, instituições, querem, e não o que estes tinham o direito de esperar e de querer. O fenômeno é que, a rigor, não há *interessados* – pelo menos em tal número e com tal consciência de suas necessidades culturais – que pudessem exercer pressão eficaz e salutar sobre os referidos organismos.

Assistimos, assim, sem qualquer escândalo, ao espetáculo de completa irresponsabilidade com que são dirigidos certos setores fundamentais do processo intelectual brasileiro: os dirigentes se utilizando da instituição para o seu prestígio e sua carreira. Não se portam como servidores, mas como senhores.

A inconsistência desses organismos faz, por outro lado –, e esta é outra característica do processo institucional da sociedade brasileira – com que eles passem a fundir-se totalmente com a pessoa do chefe. É uma peculiaridade dos países imaturos: uma pessoa só, como vimos, pode paralisar uma instituição sem maiores conseqüências; como pode criá-las à vontade ou recriá-las e transformá-las à sua imagem e semelhança.

Ora, deixando essas instituições de prestar os serviços que lhes cabem, surgem na área de informação e documentação os claros que só precariamente – e em razão da mesma desordem – outras instituições podem preencher.

c) A falta de escala desses serviços. Existem serviços que, ou são realizados com um mínimo de amplitude, ou são inócuos. Ora, nenhum dos principais organismos a serviço do intelectual e do pesquisador brasileiro – aqueles que, por natureza, se destinam a ser *nacionais*, tendo, igualmente, de atacar os problemas globalmente – apresenta este mínimo de extensão necessária para poderem agir de forma sistemática. A ação parcial é anulada pelos fatores que não foram alcançados pelo seu controle. Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Nacional, IBBD, CAPES, IBECC, Comissão Nacional de Assistência Técnica, CBPE etc., nenhum desses organismos, apesar da estrutura, está aparelhado para atuar em plenitude e em escala nacional. Por aí se vê o abandono em que braceja, à toa, o pesquisador e o intelectual brasileiro. Citarei, apenas, um exemplo ilustrativo que me ocorre a esmo: o IBBD, quando foi instalado, comunicou aos interessados (cientistas, universitários, industriais) os serviços que poderia prestar. Multiplicaram-se os pedidos de serviço (modicamente remunerado). Logo teve aquele órgão de parar a divulgação dos seus serviços, por não ter verba nem pessoal para atender os pedidos. Não queria comprometer a qualidade deles: a solução decente era evitar ser solicitado.

d) O desligamento das instituições a que acima aludi, agravado pela falta de escala dos serviços e número reduzidíssimo dos interessados – que, aliás, em relação a elas, se mostram incapazes de uma ação coordenada, exigitiva, agressiva (uma característica da sociedade brasileira atual é a ausência de opinião, de tal modo ela se atomiza e carece de formas eficazes de expressão e atuação), uma existência pouco mais que fictícia faz com que essas instituições, reduzidas a um papel mais ou menos fictício, fiquem submersas sob o drama real. A sociedade nada recebe delas e as ignora. E é sumamente grave para o País o desamparo de sua inteligência, vítima da mistificação e da deterioração das instituições destinadas a servi-la.

## 5.2 Instituições de documentação e informação

As instituições de documentação e informação antes de tudo precisam *existir*. Existir de fato: abrindo caminho entre o público. Entidades intrinsecamente relacionais, faltando a relação com público, elas inexistem. Acontece que muitas dessas entidades não estão organizadas para atingir, realmente, as suas finalidades. O que realizam e publicam se perde no meio da indiferença geral. Que fazer? Para que esta situação venha a corrigir-se, sugerimos, como elementos de solução:

- a) a sua existência justificada como resposta a interesses reais;
- b) que tenham, igualmente, organização e escala para serem uma resposta adequada;
- c) que promovam inteligentemente a sua relação com o público: divulgação bem orientada e intensiva dos seus serviços, uma política discreta, mas firme, de motivação.

No caso de publicações, essas reflexões se tornam particularmente objetivas. Os intelectuais brasileiros subestimam e dificilmente lêem o que se publica no País; de repente, chega-lhes às mãos uma revista que ignoram, enviada por uma instituição que vagamente conhecem. Dificilmente chegam a ler a revista e a descobri-la.

Está se acentuando o intercâmbio das entidades, estudadas neste capítulo, com organismos internacionais. Mas a política de intercâmbio, como a de aperfeiçoamento de pessoal e formação de quadros técnicos, padece no Brasil de dois defeitos fundamentais: a) falta de planejamento, a longo prazo; b) falta de consciência internacional.

As relações internacionais de intercâmbio são tecidas em contraponto. Não há continuidade. Falta a seqüência metódica. Impulsionada por necessidades emergentes, feita de pequenos solavancos surpresas, é uma política sem estrutura. A solução dada ao caso solto, aparentemente intempestivo, nada chega a resolver, recaindo sobre um contexto que a afoga. No caso da política de aperfeiçoamento, por culpa sobretudo das instituições a que pertencem os bolsistas, o aproveitamento destes às vezes é muito escasso, ou mesmo nulo.

Por outro lado, o Brasil não está ainda afeito a trabalhar em escala internacional. Por falta de consciência das nossas crescentes conexões e solidariedades concretas com outras nações, ainda não estamos bastante alertados nem para as implicações internacionais de nossa política, nem para as possibilidades de rendimento de uma política cooperativa.

Notas sobre as principais instituições  
existentes neste campo

### 1 – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Está subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas, que reconhece ser necessário, “para auxiliar efetivamente o desenvolvimento da pesquisa no Brasil”, a organização dos recursos bibliográficos do País, num trabalho de mobilização dos bibliotecários e centros de documentação existentes, bem como a criação de outras coleções que se fizerem necessárias (as citações sobre esta instituição foram extraídas da plaquete “O IBBD e seus serviços”). “Devido à dispersão e desamparo do trabalho intelectual em nosso País, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação reúne as funções próprias dos centros de documentação especializados e aquelas peculiares aos centros bibliográficos gerais, a fim de tornar mais fácil, não somente o trabalho das instituições científicas, técnicas e industriais, mas, ainda, o aperfeiçoamento dos trabalhos biblioteconômicos e bibliográficos, que são de interesse básico para o

desenvolvimento, no Brasil, da pesquisa científica e da educação de nível superior.”

“Cabe, pois, ao IBBD, incentivar a execução de trabalhos bibliográficos empreendidos pelas diferentes instituições especializadas, e, quando solicitado, participar diretamente destes trabalhos, auxiliando e colaborando ativamente, sempre evitando qualquer duplicação de serviço. Cumpre-lhe, ainda, inventariar as disponibilidades de nossos acervos bibliográficos e envidar os melhores esforços no sentido de uni-los através da mais perfeita cooperação, a fim de que cada estudioso venha a ter permanentemente a seu serviço o total das coleções bibliográficas existentes no País.”

“O IBBD está assim constituído:

- I – Conselho Diretor (C. D.)
- II – Direção Executiva (D. E.)
- III – Serviço de Informações Técnico-Científicas (S.I.T.C.)
- IV – Serviço de Bibliografia (S.B.)
- V – Catálogo Coletivo (C.Co.)
- VI – Serviço de Intercâmbio de Catalogação (S.I.C.)
- VII – Biblioteca (Bt.)
- VIII – Serviço de Publicações (S.P.)
- IX – Laboratório de Reproduções Fotográficas (L.R.F.)
- X – Serviço de Administração (S. A.)”

Numa entrevista com a Srta. Fernanda Leite Ribeiro, chefe do Serviço de Informações Técnico-Científicas, colhemos os seguintes dados:

a) Grande e sensível crescimento das atividades científicas, na área das ciências básicas e aplicadas nas Universidades do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná e Bahia. Não cresceram, paralelamente, as fontes de documentação: quase todos os professores que preparam tese solicitam do IBBD bibliografias, microfilmes etc.

b) As indústrias e alguns setores da Universidade de São Paulo utilizam amplamente os serviços do IBBD: trata-se de elementos estrangeiros, acostumados a se servirem deste tipo de instituição. O pesquisador e o estudioso brasileiros, em geral, conservam o hábito de trabalhar à base da biblioteca pessoal, inevitavelmente precária.

c) O IBBD pretende ser uma entidade promotora de estímulos e aconselhamentos: a sua ação direta de organização e controle se encerra quando uma instituição atinge condições técnicas adequadas.

d) Semanalmente distribui com os interessados cópias dos sumários de revistas recebidas, no campo da Física (um processo semelhante para outros campos, particularmente de Ciências Sociais, seria sumamente útil).

e) No Rio, há mais interesse pelos microfilmes; nos estados, pelos livros;

f) Forma uma média de 15 “técnicos de bibliografia científica” por ano, mediante uma subvenção da CAPES (cerca de 1 milhão de cruzeiros)

g) A assinatura de periódicos no Brasil é muitas vezes interrompida pelos diretores de instituições, em alguns casos por não corresponderem à especialização dos dirigentes destas.

h) O IBBD tem convênios com todas as universidades federais: Pernambuco, Rio Grande do Sul (começo de organização), Paraná (a que melhor funciona), Ceará, Bahia, Minas gerais, Rio de Janeiro (as duas últimas,

praticamente não funcionam). Nos outros Estados a documentação científica está em completo caos.

i) Articula-se o IBBD com a Biblioteca Nacional, que lhe envia cópia de cada livro catalogado.

j) A Fundação Getúlio Vargas publicava a *Bibliografia Econômica e Social* (informação nacional e internacional selecionada); em 1954, em face de nova orientação da UNESCO, ela foi substituída por uma bibliografia apenas nacional: *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais*.

k) Todas as revistas publicadas no Brasil, na linha de interesse do IBBD, são remetidas para as universidades estrangeiras em que funcionam cursos de estudos brasileiros, e para todas embaixadas brasileiras.

l) Boletins bibliográficos: o da Biblioteca Nacional se restringe a livros; o do IBBD, quase exclusivamente, a artigos. O primeiro é o mais completo no gênero, no Brasil; os que se seguem, em grau de importância, são o do Instituto Nacional do Livro, interrompido desde 1954, e o da Biblioteca Municipal de São Paulo.

m) Os professores e pesquisadores brasileiros, ao contrário dos europeus, não gostam de trabalhar com microfímes.

n) O IBBD fornece bibliografia estrangeira a qualquer solicitante, e os seus serviços são modicamente remunerados.

o) As bibliografias não são seletivas (a meu ver, um erro de orientação)

p) Pouca ligação com a universidade, embora servindo a seus professores, individualmente.

q) Faz intercâmbio de informações: recebe pedidos de países estrangeiros – sobretudo de universidades – referentes as publicações e microfímes brasileiros – e, em escala ainda maior, faz pedidos a esse países.

r) Mantém convênios com todos os centros de documentação do mundo, com finalidades sobretudo financeiras.

## 2 - A Biblioteca Nacional

Deixamos de comentar, criticamente, o conjunto de sua organização, por estar em vias de ser reformada, conforme nos asseverou o seu Diretor, salientando apenas alguns aspectos da atuação que vem exercendo, e que se relacionam com o nosso estudo:

a) Em decorrência do convênio celebrado com o Itamarati, e com a colaboração do Instituto Nacional do Livro, está organizando bibliotecas que o seu Diretor chama “funcionais”. São coleções básicas para o conhecimento do Brasil, a fim de serem doadas a países estrangeiros “com o objetivo de favorecer o mútuo conhecimento dos povos e das suas culturas”.

b) Plano de publicações sobre aspectos da civilização e da cultura brasileira, para divulgação no estrangeiro.

c) Tem enviado, regularmente, livros brasileiros a várias universidades estrangeiras e a estudiosos da língua e da literatura de nosso País.

d) Faz publicações poucas de caráter erudito.

e) A quase totalidade de sua clientela é constituída de estudantes.

f) Tem fornecido, com o IBBD, microfímes a pesquisadores do interior do País.

g) Seu mais importante acervo está formado de obras dos séculos XVI e XVII.

- h) Desatualizada e desfalcada de revistas.
- i) Interessada na produção científica; a aquisição neste campo é orientada, em parte, pelo Conselho Nacional de Pesquisa.
- j) Duas sugestões mais importantes do Prof. Celso Cunha, Diretor da Biblioteca Nacional: 1) que seja adotado, no Brasil, um sistema de comunicação e informação científica como o do Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas da Espanha, com Departamentos Regionais que obedecem a uma organização flexível, possuem revistas próprias e mantêm entre si estreita colaboração; 2) necessidade de reuniões periódicas de dirigentes de todas as instituições e serviços culturais, para concertarem planos entre si, integrados e orgânicos.
- k) Está a Biblioteca organizando um catálogo de suas obras raras.
- l) Projeto de publicar bibliografias seletivas, referentes à produção literária brasileira.

A Biblioteca Nacional, em que pese alguns projetos novos, em fase de execução, se defronta, também, com graves problemas de pessoal, de instalação e de verbas.

### 3 - Instituto Nacional do Livro

De acordo com o Decreto-lei que o criou (nº 93, de 21/12/1937), tem por objetivos:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras e preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no País, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Os principais projetos de sua atual administração são:

- a) elevar para mil, em todo o País, o número de bibliotecas municipais, criadas pelo Instituto;
- b) publicação de um Dicionário Bio-Bibliográfico da Literatura Brasileira;
- c) publicação de Dicionários Subsidiários à Enciclopédia Brasileira.

O Instituto edita a *Revista do Livro*, que é uma publicação de qualidade. O seu orçamento para 1960 é de 60 milhões de cruzeiros.

O Instituto é uma dessas instituições que, embora tenham um objetivo certo, funcionam errado. As grandes instituições brasileiras destinadas a realizar uma política geral de promoção cultural, têm-se encastelado em preocupações eruditas – e o que deveria ser geral, no sentido do público, passa a ser altamente especializado: graças aos eruditos que normalmente a dirigem e à abominável confusão que reiteradamente tenho aqui denunciado.

Volto a esclarecer que esses pontos, que configuram uma situação interna, são aqui focalizados para efeito de cotejo com a experiência de outros países; e por servirem para fixar o conjunto das condições institucionais da atividade intelectual no Brasil.

#### 4 – Documentação

Destaco, nos subsídios recolhidos na investigação, duas instituições típicas: o Museu Nacional e os Serviços de Documentação dos Ministérios. O primeiro foi encontrado em condições tão precárias de organização pelo seu atual Diretor, que teve este de suspender as publicações de interesse documental do Museu e organizar publicações técnicas, visando a estabelecer padrões e métodos de trabalho; ao mesmo tempo que realiza cursos de iniciação e forma equipes. De cerca de quatrocentos arquivistas da União, apenas 1,5% presta serviços no Arquivo Nacional. Quanto aos Serviços de Documentação dos Ministérios, encarregados de uma tarefa imprescindível – e intransferível – nenhum deles está fazendo documentação de forma regular e eficiente.

### **5.3 O problema do livro e da revista erudita no Brasil**

Ainda aqui, temos de distinguir instituições universitárias e não-universitárias. Quanto às primeiras, a política orçamentária adotada pelas reitorias é, invariavelmente, restritiva em relação à aquisição de livros, e mais ainda de revistas. Exceção feita dos setores científicos e tecnológicos, dos quais a conjuntura brasileira vem exigindo um mínimo de atendimento de suas necessidades, são simplesmente irrisórios os orçamentos destinados às bibliotecas e a outros instrumentos de trabalho, nos campos visados neste estudo: exatamente aqueles em que perduram os mais resistentes arcaísmos da universidade brasileira, traduzidos, como antes assinalai, nos métodos baseados na idéia de *docência*, que filosoficamente se apóia, por sua vez, numa espécie de crença na palavra, fora da ação. O conhecimento, concebido como uma exploração de conceitos por métodos dedutivos e com autonomia da razão especulativa, ainda hoje é responsável pela tranqüilidade com que certos catedráticos se afastam da pesquisa, e da repugnância que lhes causa a ordem pragmática e empírica, as atividades de campo e os problemas concretos da conjuntura social e econômica. Certos setores industriais e entidades culturais não-universitárias têm procurado atenuar esse arcaísmo, convindo assinalar o recente simpósio sobre Indústria e Universidade, realizado em Petrópolis – Estado do Rio de Janeiro – (acontecimento significativo pela simples ocorrência, não tanto pelos resultados alcançados) e uma série de publicações específicas.

A idéia de *docência*, com a sua tradição medieval às vezes exagerada e traída por um imoderado e falso apoio no *logos* e nas suas implicações metodológicas, está sofrendo uma profunda reformulação – sendo este, a meu ver, um ponto vital das transformações de estrutura que apresentará a universidade do futuro.

Não vamos insistir, pelos limites de espaço a que este relatório tem de cingir-se, nas causas que esta orientação, que se ligam a uma idéia de universidade ainda não suficientemente alcançada: problemas sociológicos e de filosofia da cultura, sobre os quais a natureza deste trabalho não permite alongar-nos. Quero apenas assinalar que aquela atitude tende ao academicismo e às posições estáticas, com prejuízo do sentido aberto e dinâmico da cultura. E se inscreve entre as razões pela quais certas instituições universitárias não

conseguem superar a rotina e o verbalismo, e tornam o processo universitário puramente discursivo e acadêmico, em vez de um sistema de trabalho sobre fatos, e, conseqüentemente, alimentado no profundo interesse pela atualidade. A informação e a documentação da universidade não correspondem, nem de longe, à fome de informação de seus melhores professores e a níveis satisfatórios de atualização.

Os estudantes superiores não encontram nas suas faculdades, em alguns estados, as fontes necessárias para os seus cursos: valem-se, por isso, muito amiúde, das bibliotecas públicas, geralmente estaduais, de cuja clientela constituem imensa maioria. Não é que possuam estas, salvo alguns casos raros, melhores acervos, nas várias especializações, que as faculdades; mas vão-se tornando cada vez mais necessárias pelas condições de utilização, ainda insatisfatória, das bibliotecas universitárias.

As bibliotecas não-universitárias, as bibliotecas públicas, estaduais e municipais, encontram-se em condições lastimáveis. A Biblioteca Pública de Fortaleza tem, no corrente ano, a dotação orçamentária de 120 mil cruzeiros (até meados de dezembro ainda não fora paga). Não assina nenhuma revista e a única coleção completa que possui é a de "Instituto do Ceará". Em Recife, o mais importante centro cultural do Nordeste, a exigüidade do prédio de sua grande e importante Biblioteca Pública impede até a classificação dos livros. A Biblioteca Municipal de São Paulo, uma das maiores do país, possui um número irrisório de bibliotecários e funcionários especializados. Os registros são precários, tornando impossível o rápido levantamento de alguns dados gerais, mediante o qual se pudesse ajuizar sobre a atualidade do acervo. Dificilimo colher a relação das revistas que possui. É um acervo riquíssimo, com preciosidades históricas e literárias, mas cujo amontoamento desafia a paciência do pesquisador. Além de instalações adequadas, as grandes bibliotecas brasileiras precisariam tornar-se, de acordo com a orientação moderna, centros dinâmicos de promoção cultural; tomando iniciativas no sentido do incitamento e das facilidades para a pesquisa, da seleção de fontes que interessem e estimulem setores especializados da divulgação bibliográfica etc.

Além dos problemas resultantes do relegamento do livro nas prioridades do orçamento universitário, e do defeitos de organização, ocorrem as graves dificuldades de aquisição de livros, decorrente da política cambial adotada pelo Governo. Reduziu-se, substancialmente, a importação de livros estrangeiros; e mesmo os nacionais, em virtude do processo inflacionário, vão-se tornando inacessíveis. Disto se queixam, sem exceção, todos os especialistas, professores e pesquisadores.

Para atenuar as dificuldades, algumas fórmulas estão em cogitações: o Prof. Aubreton, por exemplo, Catedrático de Língua Francesa da Universidade de São Paulo, fundou uma cooperativa que facilita a aquisição de livros e assegura que certas facilidades que lícitamente poderiam ser concedidas pelo Banco do Brasil reduziram à metade o preço dos livros. Vale destacar neste particular a valiosa cooperação de instituições culturais estrangeiras e serviços consulares para a aquisição de livros de seus respectivos países; o que, provavelmente, poderia ser ampliada e enquadrada a critérios mais sistemáticos.

Um ponto vital a ser debatido no American Council of Learned Societies é a facilitação do mercado do livro, ao menos no âmbito continental, e a intensificação da troca de publicações, particularmente revistas, relatórios, boletins informativos etc. Cabe, em conclusão, uma advertência quanto aos riscos de um

desenvolvimento nacional, que se vem processando com tanta celeridade, prescindir das condições indispensáveis à formação dos quadros que não de consolidá-lo. A vertigem desenvolvimentista nos países sul-americanos está colocando à margem aqueles valores de maturidade humana que reclamam uma dose de sabedoria que só uma tradição humanística mais sazoadada poderia amadurar. O fato é que um dos aspectos mais sérios da crise latino-americana é a falta de competência e de capacidade de adaptação às mudanças. Adquirimos, ao preço desse “desenvolvimentismo”, uma mentalidade que é mais de *aceleração* que de movimento histórico autêntico, e que faz tábula rasa da cultura e da educação; a mentalidade mecanicista concebe a educação em termos puramente instrumentais, imediatistas, de adestramento para tarefas específicas de processo desenvolvimentista. Tem-se de dar especial ênfase à cultura real e ao preparo humano entendido filosoficamente, como aperfeiçoamento e enriquecimento do agir humano.

Os instrumentos de educação, informação e cultura que se põem à disposição desses países são ridiculamente insignificantes. A massa de educação em que entre elas se distribui não é, absolutamente, suficiente para formar os seus quadros e constituir as suas elites, nem para elevar o povo ao diálogo democrático com essas elites.

## **5.4 Instituições de pesquisa e atividades científicas**

### **5.4.1 Obstáculos à pesquisa**

A pesquisa no campo das ciências sociais, que constituem parte essencial deste estudo, encontra sérios entraves no Brasil, entre os quais:

a) A escassez de pesquisadores de formação profissional.

b) A atitude dos pesquisadores. Muitos deles estão atordoados, sem saber concretamente em que problemas deverão instalar-se. Essa atitude decorre freqüentemente de a pesquisa não estar suficientemente orientada pelos interesses reais do País (em parte pela falta de institucionalização da vida brasileira, do vínculo entre as instituições científicas e os problemas nacionais). Por isso, a pesquisa entre nós não tomou, salvo algumas exceções, que se vão tornando, felizmente, numerosas, direção definida; ainda não está, por assim dizer, canalizada. Sem as instituições que lhe dêem cobertura e que lhe sirvam de roteiro, sem um mercado de trabalho firme e nítido (nisto atuando uma certa reciprocidade de causas: a falta de bons pesquisadores mantém a indústria e as empresas de iniciativa privada ou pública indiferentes e inadvertidas quanto à conveniência de convocar o pesquisador; a falta dessa convocação e do mercado solicitador desestimula o pesquisador e o distancia dos problemas reais do País), sem nada que o prenda a contextos reais e operacionais, na sociedade brasileira; sem nenhuma pressão disciplinadora, exercida por interesses claramente definidos, de forma institucional, o pesquisador se abandona a si próprio, a seus gostos e preferências às vezes excessivamente pessoais, a certos caprichos de sua especialização etc. Em qualquer país de cultura sem grande

lastro de tradição e fracamente institucionalizado, surge a possibilidade de uma ação solta e caprichosa, que ora dá na ação criadora, privilégio das nações jovens que não se sentem esmagadas pela tradição, ora no aventureirismo irresponsável ou nas atitudes inconseqüentes que são o ônus dos países não disciplinados por longa herança cultural.

Creio que problemas dessa ordem são de todo o interesse para o presente estudo, pois o que mais importa, em certas análises e relatórios, é radicalizar o problema para que se saiba por onde deve vir a solução. Sem o conhecimento do comportamento das pessoas que estão em cena e dos mecanismos a que estão subordinados, todos os planejamentos de intercâmbio e de incentivo à pesquisa são absolutamente inócuos e nada mais fazem do que amontoar esquemas, aparentemente práticos, mas que, na realidade, apenas alinham fatos sem atentar para o mecanismo que os articula.

c) Não há espírito de equipe. Em outra parte deste relatório procurei situar as causas deste fenômeno. Lembro aqui apenas que a precária formação científica de dirigentes de instituições científicas, entre outras razões, os desencoraja de promover pesquisas cujo processo escaparia a seu comando; o que determina o espírito de rotina e o fracasso dessas entidades.

d) Várias instituições de pesquisa estão sendo dirigidas por pessoas sem formação profissional, nem preparo específico: “medalhões” desajeitados ao trabalho de equipe, representantes típicos de uma *intelligentsia* superada e puramente residual, mas que se tem mostrado de uma resistência espantosa a desaparecer.\* *Intelligentsia* que se caracterizava exatamente pela atitude mental e pelos processos de trabalho baseados, exclusivamente, na valorização da *palavra*. Do ponto de vista da filosofia da cultura, o grande salto daquela forma de cultura para esta é que a primeira era verbal – não apenas no sentido da retórica, que é uma conotação superficial do problema, mas no sentido do *verbo*, como instrumento de conhecimento e de sua expressão, enquanto a cultura moderna não se separa da ação que faz da ciência e, conseqüentemente, da pesquisa, o seu instrumento.

Ora, que acontece com as instituições culturais e de pesquisa no Brasil? São instituições novas, muitas delas, e algumas vezes reclamadas por circunstâncias novas, mas orientadas e dirigidas por “velhos” (a palavra não tem aqui significação cronológica); mais a rigor: frenadas e paralisadas por eles, recuadas ao “tempo” deles, remontadas ao nível de sua época, de seu tempo cultural, de sua mentalidade: e sendo as instituições, como já vimos, tão inconsistentes que a pessoa que a dirige, sozinha, tem o poder de paralisá-las, ou criá-las a seu bel prazer, ou moldá-las, essas figuras chumbam a si as instituições ou as reduzem, inconsciente ou intencionalmente, à inatividade. Sob certos aspectos, um dos caracteres mais típicos dessas instituições é terem um comando superado e frenador (caso diferente da natural co-existência – e convivência – de diferentes gerações numa instituição como forças que se equilibram dinamicamente: aqui, em vez de uma integração dinâmica, se dá a asfixia de uma pela outra; sem que haja possibilidade de confronto e de mútuo enriquecimento).

---

\* A razão mais segura desta sobrevivência, que logo mais será estudada, talvez seja o fato de as novas gerações não se terem ainda revelado capazes de liderar o processo cultural no Brasil.

O fato me parece bastante significativo, e de certa gravidade: revela que o povo, no Brasil, ainda não pode fazer o novo por deficiência das duas gerações que estão na crista do processo social. Os novos não provaram que são capazes de substituir os velhos, não produziram uma mentalidade e uma obra que lhes confira o direito de liderança. Algumas das melhores coisas que ainda se fazem no Brasil se deve a antigos autodidatas e a figuras de uma ou duas gerações passadas. Por outro lado, os antigos não se acomodaram à transformação social excessivamente abrupta e áspera. De modo que não foi possível a essas duas ou três últimas gerações o diálogo; nem a passagem de uma para outra em forma de continuidade. Mesmo o choque, o conflito entre elas, não houve: pela incapacidade brasileira, também já assinalada, de radicalizar os seus comportamentos, está havendo um simulacro de convívio, não um real e proveitoso entendimento. O conflito só se dá entre forças tão marcadas e tão conscientes de suas diferenças que não possam ignorá-las ao ponto de se confundirem entre si. Neste sentido o conflito é fecundo; porque através dele as diferenças, ou se resolvem de fato, ou se aprofundam até a incompatibilidade que torna o entendimento impossível.

#### 5.4.2 Atividades científicas nos campos compreendidos pela investigação

Aqui destacarei apenas algumas das mais significativas nos campos compreendidos por essa investigação, e segundo os critérios que a informam. Às indicações se acrescentará ligeira nota elucidativa ou crítica, quando me parecer conveniente, mas sempre em forma sumária, pela necessidade de ser breve.

Lembro, aqui, dois tópicos deste relatório. Um, referente aos mecanismos capazes de corrigir certas deficiências brasileiras e sul-americanas, a rarefação intelectual e o isolamento dos nossos intelectuais e pesquisadores: órgãos de aglutinação, com certas virtualidades ainda escassamente exploradas. Distingui, nesse item, instituições universitárias e instituições não-universitárias, das quais nos ocupamos, neste capítulo, citando alguns, de forma apenas explicativa, sem pretender fazer enumeração completa. Outrossim, no capítulo sobre intercâmbio, sustentei a tese de que ele flui, naturalmente, das instituições, e devem ser estas os elos através dos quais se comunica a cultura. Esse item, pois, de instituições de pesquisas no Brasil, complementa o capítulo de *corretivos* e o de *intercâmbio*.

##### 5.4.2.1 História

A *Revista da História*, dirigida pelo Prof. Eurípedes Simão de Paula (Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo), é o mais importante periódico brasileiro no gênero: a meu ver, excelente instrumento de comunicação inter-universitária de intercâmbio e de pesquisa.

Os Institutos Históricos do Rio Grande do Sul e do Ceará são os mais eficientes do País. O primeiro contrapõe ao fluxo imigratório e à vizinhança estrangeira o propósito de esclarecer e firmar a tradição e o cunho luso-brasileiro de civilização daquele Estado, e consolidar os seus laços integracionistas em relação ao País. Ao mesmo que vem promovendo ou patrocinando publicações da melhor qualidade – históricas e literárias – que mantêm o interessante periódico, *Revista da Província de São Pedro*. O Instituto do Ceará reúne os

melhores pesquisadores da história do Estado. Sob os seus auspícios, está sendo publicada importante coleção, contendo estudos alentados sobre os grandes aspectos da história do Estado: econômico, cultural etc.

Os Institutos Históricos e Geográficos, disseminados em todos os estados, estão reduzidos na sua grande maioria à quase inatividade.

Há alguns anos foi tentada a criação do Conselho Nacional de História, ligado ao Comitê Internacional de História: a iniciativa frustou-se, por falta de receptividade.

#### 5.4.2.2 Filosofia

As instituições mais importantes neste setor são: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a Sociedade de Filosofia, ambas sediadas em São Paulo. A primeira, sob a direção do Prof. Miguel Reale, já realizou quatro congressos nacionais e um internacional, tem várias seções estaduais (ainda sem grande atuação) e é a mais importante agremiação brasileira no campo. Já constitui o melhor veículo para o intercâmbio internacional da filosofia. A segunda, dirigida pelo Prof. Cruz Costa, está em começos e apresenta bom nível.

#### 5.4.2.3 Antropologia

a) Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará: dirigido por um verdadeiro *scholar*, o Dr. Eduardo Galvão. Funciona junto ao importante Museu Paraense Emilio Goeldi (não visitei esta instituição, pois o Estado do Pará não figurava em meu itinerário; incluí-a, no entanto, pela sua importância).

b) Museu Nacional, Distrito Federal: tem como uma de suas finalidades primordiais “realizar pesquisas e estudos relacionados com as ciências naturais e antropológicas”. Desde 1876, trabalha e publica, nesse campo. Tem atuação apreciável, apesar de discreta, faltando-lhe recursos financeiros, como a quase todas as instituições mantidas pelo Governo.

c) Departamento de Etnologia e Língua Tupi-Guarani, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

d) A Cadeira de Antropologia da Universidade de São Paulo, cujo titular, o Prof. Egon Schaden, especialista de alta qualificação, criou e mantém a melhor Revista de Antropologia do país, e à qual me reportarei no estudo dos campos.

e) Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná: a única instituição de ensino no Brasil com curso especial de antropologia, e tendo ademais a arqueologia como disciplina integrante.

f) A Fundação para o Progresso da Ciência, na Bahia, também promove estudos de antropologia através do Prof. Thales de Azevedo.

#### 5.4.2.4 Estudos Clássicos

A Associação de Estudos Clássicos do Brasil, mantida pela Universidade de São Paulo, é a única associação latino-americana integrante do Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines da UNESCO. No

entender do Prof. Aubreton, seu Presidente, o *Boletim de Estudos Clássicos*, por ela publicado, poderá resolver o problema de informação especializada neste campo, no Brasil, se houver colaboração eficaz de órgãos como a CAPES e as Faculdades.

#### 5.4.2.5 Economia

Notável o esforço de certas entidades governamentais ou para-governamentais, ligados à política de desenvolvimento econômico do País, no sentido de formação de seus próprios quadros de economistas, suprimindo as deficiências de formação universitária que se encontram muito longe das atuais necessidades brasileiras. A título de exemplificação:

a) Ceará: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Banco do Nordeste). Observei, diretamente, o grande papel que desempenha em Fortaleza, como setor de pesquisa e sobretudo de formação de pessoal qualificado.

b) Pernambuco: O Banco do Nordeste tem exercido papel análogo, embora em escala menor, em Recife.

c) Bahia: Instituto de Economia e Finanças, da Bahia (organização privada). Recentemente, o Governo do Estado da Bahia criou um Departamento que visa a realizar pesquisas e elaborar esquemas disciplinadores em relação ao movimento econômico do Estado. Acho uma iniciativa altamente apreciável, cuja multiplicação nas várias regiões brasileiras deveria ser estimulado.

Como se vê, de todos os lados estão aparecendo organismos novos, suprimindo as deficiências da universidade, que se mantém estática em face do processo nacional. Acredito, por isso, que a universidade, não só no Brasil como em todo o mundo, está em vias de sofrer transformações radicais, sendo difícil ainda anteciper o perfil que tomará no futuro. Em todo o caso, sob a influência de tantos fatores e do confronto com outras entidades competitivas – como a indústria, por exemplo – os seus quadros, os seus métodos e o seu espírito terão de sofrer completa transformação.

d) Distrito Federal: Departamento Econômico do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; Departamento Econômico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Não há, neste campo, como existe em Antropologia, possibilidade imediata de uma certa aglutinação dos estudiosos, vindo a constituir uma grande instância nacional de estudos econômicos. Pela natureza da matéria, inserem-se, neste terreno, antagonismos ideológicos que se refletem na divisão dos grupos.

Merece especial destaque, entre os organismos internacionais, a CEPAL, interessada nos estudos dos “problemas de desenvolvimento econômico da América Latina, visando a elevação do padrão de vida dos povos da região”. Tem realizado cursos proveitosos para a formação de economistas e poderá ter uma atuação bastante destacada no plano da ação governamental. Ligada a várias organizações internacionais, inclusive a UNESCO e a CEA.

#### 5.4.2.6 Sociologia

a) Distrito Federal: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, ligado à UNESCO, que tem o “fim especial de realizar”, em colaboração com as instituições científicas nacionais, regionais e internacionais, públicas ou privadas, o estudo dos problemas próprios da região latino-americana”. Erro fundamental: a sua divisão em duas seções, das quais a do Chile se ocupa dos cursos, e a do Brasil, de pesquisas. Atuação ainda débil no Brasil. Como está concebido, acredito que seria o instrumento natural de comunicação inter-americana, no campo; todavia, não vem alcançando ainda esses resultados.

b) Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Situa-se na área da Sociologia, como também da Antropologia, Geografia Humana, etc. Está incluído entre aquelas instituições de pesquisa a que aludi no capítulo sobre pesquisadores colocado às vezes na franja dos fatos da vida brasileira, perdendo de vista os problemas capitais. As entidades culturais do Recife refletem a *inteligência* do Recife, o seu comportamento isolacionista, as dificuldades do trabalho coletivo.

c) Em vários estados, os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais a que se vinculam, constituem no conjunto, o mais importante esforço já realizado no Brasil, no sentido da pesquisa e dos problemas educacionais, em relação à sociedade brasileira; da tomada de consciência do processo educacional, em sua interpenetração com o processo social.

#### 5.4.2.7 Ciência Política

a) Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas.

b) Instituto de Estudos Políticos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (publica a revista *Síntese Política, Econômica e Social*).

c) O recém-fundado Centro de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, que poderá vir a ser uma importante instituição de estudos políticos no Brasil.

d) A *Revista de Estudos Políticos e Sociais*, dirigida pelo Prof. Orlando Carvalho, da Universidade de Minas Gerais, deve ser novamente lembrada, por duas razões: 1) tem um Conselho Diretor constituído de professores de cinco universidades brasileiras, o que significa um trabalho cooperativo de grande importância; 2) poderá servir, pela sua excelente qualidade, de elo para a comunicação nacional e internacional de estudiosos de ciência política.

#### 5.4.2.8 Educação

O Centro Nacional (e os Regionais) de Pesquisas Educacionais (v. tópico sobre Educação, na seção que analisa a situação dos campos).

## 6. Estudo global de cada campo investigado

Seguimos aqui o roteiro fornecido pelo Conselho Interamericano de Ensino Superior, cujo projeto pretende “dar ênfase ao ensino das humanidades e ciências sociais. Naquelas, temos história, literatura, filosofia, arqueologia e estudos dos clássicos; nestas, economia, antropologia, sociologia e ciências políticas – serão os campos mais importantes” (carta do Prof. Burkhardt ao Prof. Anísio Teixeira).

Acrescentamos mais dois campos aos acima mencionados: direito e educação. O primeiro, porque, mais do que qualquer outro, está ligado às origens e desenvolvimento da cultura brasileira, inclusive como húmus em que floresceu parte considerável de sua cultura, sobretudo nos fins do Império e começos da República, antes que se institucionalizassem outras formas de saber, e que a virtualidade de seus próprios cursos desse lugar a um processo de expansão e diversificação de que resultou a constelação da maior parte das atuais ciências sociais no Brasil. As Faculdades de Direito, outrossim, se inscrevem no âmago do nosso processo político até a Revolução de 1930, e respondem por algumas das características fundamentais da cultura nacional e do comportamento do intelectual brasileiro.

Incluímos, igualmente, a educação, como síntese dos valores de sociedade e expressão de sua cultura, sendo ao mesmo tempo consciência e instrumento do processo nacional. Numa crise que atinge de cheio a educação, os seus conceitos e estruturas, vale a pena colocar em dia certas questões educacionais, quanto mais que constituem um campo dos mais abertos, entre nós, no intercâmbio internacional. Todas as nações se mostram neste campo inquietas e inseguras, confrontando as suas experiências, tendo em vista a *décalage* que se observa entre o aparelho institucional da educação e as condições da vida moderna, em permanente mutação.

Há que distinguir, de saída, em vários campos de pesquisa, situações diversas: a do criador intelectual, a do pesquisador, a do simples erudito e a do professor. Essa variedade de perspectivas é indispensável no estudo da evolução e das características de cada campo.

São raros no País os especialistas que harmonizam as atividades de pesquisa com a cultura acadêmica: o pesquisador se torna mau professor e o professor raramente é pesquisador. Em parte, a falha é da organização universitária, que deveria ser bastante flexível e variada para dar oportunidade de trabalho a pesquisadores que se encontram fora dos quadros do magistério.

A organização atual permite, por um lado, o professor relapso; e por outro, não dá possibilidade de pleno rendimento e eficiência ao que deseja dar conta de suas tarefas. A carga de trabalho, por exemplo, que tem sobre si um pesquisador em operações subalternas reduz enormemente sua produção: de todos os encargos tem ele próprio de incumbir-se, desde a coleta do documento até as providências com a impressão e a publicação do trabalho. Seria necessário outro escalonamento de serviços e a preparação de profissionais para os escalões intermediários: nos sistema universitário, nas tarefas de pesquisa, nas instituições ligadas à informação e documentação (museus, bibliotecas, arquivos). O Brasil não tem essa organização, embora muitos se insurjam, mesmo sem atinar com os

corretivos, contra as limitações e dificuldades que as atuais condições lhes impõem.

## 6.1 História

Poderíamos dividir os estudiosos de história em duas grandes categorias, embora a maior parte participe de ambas: os professores e os pesquisadores. Dos que são apenas professores, em cursos médios ou superiores, a maior parte tem cultura escassa e de segunda mão, sendo obsoleto o ensino que ministram quanto aos métodos e quanto à temática. Os pesquisadores, na maioria publicistas, se preocupam quase sempre com os temas nacionais e regionais; alguns vêm-se dedicando aos problemas de teoria e metodologia histórica.

Na província, preponderam os professores e cronistas regionais. O interesse histórico é absorvido pela crônica local e regional.\* A história que aí se faz dificilmente transcende a perspectiva meramente factual. Os historiadores, as mais das vezes, carecem de cultura acadêmica, mas, como amadores, são muitas vezes extremamente úteis. Faltam-lhes, no entanto, condições de disciplina intelectual, cultura histórica sistemática e formação especializada.

Com a criação das universidades, os pesquisadores locais, os cronistas históricos e os folcloristas – em virtude de os verdadeiros *scholars* serem raros, dentro do campo na província – foram convocados para o magistério. As exigências do ensino universitário têm concorrido para elevar-lhes o nível, mas, no fundo, eles continuam cronistas, às vezes um pouco panegiristas, de sua cidade e região, ou folcloristas e historiadores servidos por métodos empíricos e uma cultura deficiente, lutando bravamente contra as mais precárias condições de trabalho. Entre outras dificuldades, poderíamos destacar:

a) Isolamento intelectual. Muitos têm aguda consciência de suas limitações, da falta de contatos. Desejo generalizado de comunicação, para efeito de estímulo e de cotejos que os orientem ou lhes infundam confiança no seu esforço.

b) Apesar da riqueza das fontes e acervos, falta completamente a estas, na maioria dos casos, um mínimo de organização. Como se vê noutra parte deste estudo, a forma como se encontram amontoados os acervos, a falta de ordem sistemática no seu arranjo, a carência ou a escassez de pessoal especializado para serviços de informação e documentação etc. torna às vezes impraticável a utilização deles, e, em qualquer hipótese, muito difícil. Isto ocorre, sem exceção, em todas as cidades do Brasil. O IBBD, o primeiro esforço significativo para sistematizar a bibliografia e a documentação no País, além de estar restrito às ciências básicas e aplicadas, apenas começa, através de convênios com as universidades federais, a produzir os primeiros, e ainda muito escassos, resultados, nos estados onde tais universidades estão sediadas. A Biblioteca Central de São Paulo, por exemplo, dispõe de verbas irrisórias; os seus boletins bibliográficos foram interrompidos desde 1954.

---

\* O Rio, São Paulo e o Recife são os centros em que mais se tem alargado a pesquisa histórica – quanto ao campo e quanto aos métodos; e em que a cultura e a erudição histórica atinge os melhores níveis.

Muito significativa me parece, como fator agravante dessa situação, a atitude dos professores que, na medida do possível, prescindem desses serviços: se se trata de livros, trabalham à base de biblioteca pessoal; com relação a outros instrumentos de trabalho, como a documentação, a forma rotineira e puramente “literária” com que muitos orientam seus estudos e cursos explica o seu desinteresse pela informação direta e pelas fontes de pesquisa. Atitude, muitas vezes, de passividade: quando, nas atividades oficiais, ocorrem – o que é bastante freqüente – as restrições orçamentárias em relação aos investimentos culturais, essa passividade se torna uma forma de cumplicidade, graças à qual – em parte – permanece a situação de carência dos setores mais importantes do organismo universitário.

É difícil, como há pouco acentuei, encontrarem-se na mesma pessoa, entre nós, no campo da história, o trabalho de pesquisa e a disciplina sistemática: salvo no Rio e São Paulo e, escassamente, em Recife e Porto Alegre. Como é difícil o historiador – salvo também alguns grandes nomes – que supere a mentalidade puramente factual por uma consciência crítica do processo histórico, e que se tenha adaptado, por uma reformulação de sua temática, à atual conjuntura. Este último aspecto do problema é particularmente significativo: o currículo e o método nas universidades estão obsoletos, a começar pelo critério de divisão da história em quatro grandes segmentos cronológicos estudados de tal forma que deixam o aluno à margem do presente, dos problemas centrais da atualidade. A Universidade não está organizada para valorizar o presente. Observa com razão o Prof. José Honório Rodrigues, Diretor do Arquivo Nacional, na sua entrevista para este estudo, que o atual currículo ignora, por exemplo, os grandes poderes do mundo moderno – os Estados Unidos e a Rússia. Como explicar, igualmente, numa universidade moderna, a ausência da história das relações internacionais?

Existem alguns periódicos de história, no Brasil. Ao lado de revistas e boletins dos Institutos Históricos e Geográficos, que a maioria dos Estados publica, de valor bastante desigual (importantes, apenas, o do Rio Grande do Sul e o do Ceará), deve-se destacar a já mencionada *Revista de História* (São Paulo – 1950, dirigida por Eurípedes Simões de Paula), trimestral, de notável qualidade. Embora fundada e mantida por professores da Universidade de São Paulo, não se trata de publicação oficial daquela Universidade. O mesmo fenômeno ocorre, aliás, com outras revistas igualmente valiosas, como a *Revista de Estudos Políticos e Sociais*, de Minas Gerais, e a *Revista de Antropologia* (São Paulo): o fenômeno de algumas das mais importantes atividades de professores universitários não encontrarem meios de se concretizarem no seio da própria universidade revela não estar esta suficientemente aparelhada para permitir o pleno rendimento de seus professores (ver, a respeito do assunto, o Capítulo 3 deste relatório).

Aliás, a revista especializada, como elemento de aglutinação e instrumento de trabalho para os estudiosos da correspondente especialização, me parece uma solução da maior importância e que pode produzir, entre outros, os seguintes resultados:

- a) o trabalho cooperativo, com especialistas de várias universidades e centros;
- b) informação bibliográfica, inclusive com sumário de artigos e periódicos;
- c) noticiário de interesse dos pesquisadores e estudiosos.

Os itens b) e c) põem os estudiosos em dia com o que se faz e publica, do mesmo campo, no Brasil.

Em relação à *Revista de História*, de São Paulo, ouvi de autorizado pesquisador e professor de universidade do Nordeste a observação de que é bastante fechada à colaboração de outros centros. O obstáculo, embora não intransponível, existe: os centros mais adiantados se isolam dos outros, o que até certo ponto é razoável por causa da diferença de nível: donde uma das tarefas urgentes que se impõe no Brasil é romper essa barreira, através de sistema que aproxime os professores das universidades pela informação recíproca e pelo trabalho comum.

Ainda em relação à história, vamos indicar sumariamente alguns problemas:

1) Não há entre nós, como na América do Norte e em alguns países europeus, sobretudo a França, informação dos trabalhos feitos ou em elaboração. Essa informação impediria eventuais desbaratos de tempo e de trabalho, com pesquisas e estudos já realizados ou em andamento noutra parte.

2) Para estimular o gosto da pesquisa e oferecer aos especialistas material de trabalho, sem o qual ficariam reduzidos às fontes de segunda mão, a América adota o interessante processo que poderia ser tentado no Brasil: a produção de documentos microfilmados, vendida a preço de custo às universidades, como subsídio e sobretudo como um incitamento à pesquisa – daí chamar-se a esse processo “*research appeal*” (lembrado pelo Prof. Honório Rodrigues).

3) O preparo e ordenamento metódico de material das bibliotecas, arquivos e museus para fins de ensino, tão usuais na França, por exemplo, poderiam igualmente ser tentados entre nós.

4) Deve-se ressaltar a falta de instrumentos de trabalho e de conhecimento de suas técnicas. Deplorável a escassez de obras de referência e de repertórios sobre o acervo bibliográfico e documental do Brasil, que é realmente apreciável mas não pode ser explorado por falta desses instrumentos. Não se tem meios de saber o que existe no Brasil, nesta matéria.

5) Segundo um dos entrevistados, os pontos de estrangulamento dos estudos históricos no Brasil, ou mais rigorosamente no Rio, seriam:

a) a Universidade do Brasil, pelo descaso a que está relegado este setor e pela improdutividade dos professores;

b) o Arquivo Nacional, até há poucos anos atrás, por falta absoluta de organização;

c) os Institutos Históricos, pelo seu caráter quase só honorífico e estritamente conservador;

d) o erro de orientação das instituições básicas de informação e documentação: pautadas nas preferências intelectuais de seu dirigentes. Em vez de manterem-se fiéis à natureza da instituição e aos seus interesses gerais, beneficiam, com zelo discriminatório, a sua especialidade. Por outro lado, não há uma delimitação racional entre estas entidades. A Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Museu Nacional, por exemplo, abrangem, cada um deles, atribuições que a um dos demais deveria caber. Seria necessário que cada qual tivesse a sua esfera marcada, inclusive por definição legal.

6) Essas instituições não contam com recursos suficiente; o Governo manifesta pouco interesse por elas. É estranhável, porém, que ao mesmo tempo que deixa de prover esses órgãos oficiais com os recursos indispensáveis, entidades particulares, como o Museu de Arte Moderna – cuja importância, aliás,

é indiscutível, recebe vultosos auxílios da União. Convém assinalar que o nosso reparo não se dirige àquele auxílio, plenamente justificável, nas ao aquinhoamento precaríssimo das instituições oficiais.

7) O fato de não estarem, as mais das vezes, os arquivos, bibliotecas e outros centros de informação e documentação em condições de atrair o público e de serem por ele utilizados, tem conseqüências profundas na educação popular e no processo democrático. Na América do Norte e na Europa, como lembrou o Prof. Honório Rodrigues, o povo aflui em massa aos arquivos, museus, bibliotecas etc., enquanto entre nós o grande público depende quase exclusivamente de rádio e televisão, cujos programas de baixo padrão continuam a serviço de interesses comerciais. Ainda debateu o Prof. Honório, em perfeita concordância com as idéias deste relatório, o aspecto filosófico-político deste problema. Sendo a democracia o regime da maioria intelectual e do consentimento, a falta de hábito de se informar criticamente, nas fontes mais autênticas, é fator preponderante no fenômeno da massificação que, com razão, alarmava Ortega y Gasset.

8) Progresso no campo. Em que pese certos graves erros, como, até bem pouco, o fato de estar reunida à geografia no mesmo curso, nas Faculdades de Filosofia, a história é um dos campos que registra na maior parte das universidades um certo progresso, revelado sobretudo na qualidade dos professores assistentes (o que também ocorre em sociologia e filosofia) que possuem uma cultura especializada às vezes superior à dos titulares, e se vão lançando de forma promissora à produção intelectual.

9) Integração e intercâmbio. Como já tenho em vários tópicos assinalado, deparei-me com um isolamento quase que absoluto dos intelectuais, encerrados nas suas províncias. Ávidos de contatos, de diálogo, de confrontação. Acredito que se poderia fazer da *Revista de História* de São Paulo, juntamente com a Sociedade de História, aquela instância disciplinadora que sugiro no Capítulo 3. Evitar a dispersão de esforços e recursos com a multiplicação de periódicos e associações. Cooperação de todos os interessados em associações e revistas de âmbito nacional e regional, na medida em que for possível mantê-las em alto nível.

Do ponto de vista dos contatos com países estrangeiros, há que registrar no campo da história duas influências preponderantes: a européia e a norte-americana. A maioria dos antigos se encontra vinculada à cultura européia, sobretudo francesa, muitos deles não falam nem lêem inglês. De um modo geral, as oportunidades de intercâmbio são mais freqüentes em relação à Europa. A influência da América do Norte parece ser ainda muito débil no campo dos estudos históricos, embora significativa no que respeita às técnicas de pesquisa, à organização de museus etc.

O Rio Grande do Sul e o Paraná apresentam uma situação especial, do ponto de vista do intercâmbio continental, pelas suas relações com os seus vizinhos latino-americanos. Creio que essa circunstância favorável deveria ser aproveitada, no sentido do revigoramento e da continuidade regular desses contatos.

## 6.2 Literatura

A simples referência à literatura numa investigação como esta parece muito vaga. Em face, porém, da orientação sugerida no roteiro do American Council of Learned Societies, o interesse dessa entidade deve incidir sobre o trabalho dos pesquisadores e as possibilidades de cooperação entre eles. Mesmo assim, persistem certas dificuldades diante da pluralidade de perspectivas que a palavra literatura recobre: o problema da teoria, da metodologia, de criação da história e da crítica literária.

Pesquisadores e críticos literários do Rio de Janeiro, marcados pelo movimento do neocriticismo, de influência sobretudo norte-americana e espanhola, têm procurado introduzir no estudo da literatura a intenção disciplinadora e científica, e alguns interessantes estudos têm sido feitos sobre teoria e metodologia literária, assim como novos métodos adotados na história e crítica literária. Embora se deva ressaltar que essas preocupações metodológicas e científicas ainda estejam, em grande parte, na fase de teorização, alguns dos líderes dessa orientação não se tendo dedicado até agora a aplicar regularmente os novos critérios no tratamento da produção literária.

Nos vários centros visitados, há professores e pesquisadores de valor, capazes de realizar trabalhos sérios. A quase totalidade trabalha na universidade, sendo esta uma das principais razões porque esta investigação se encontra tão vinculada ao sistema universitário. Apesar desse enquadramento à universidade, pode-se nitidamente distinguir os que são essencialmente pesquisadores e, um pouco acidentalmente, professores, e o caso inverso.

A literatura no Brasil, sobretudo o ensino da literatura, está particularmente exposto, como a história, à improvisação. Na Universidade da Bahia, por exemplo, parece faltar um pesquisador ou um professor de literatura de grande categoria. O Ceará, embora carecendo de *scholars* neste campo, possui um elenco de interessantes pesquisadores de história regional, estimulados particularmente pelo Instituto do Ceará – um dos poucos Institutos Históricos e Geográficos que desenvolvem atividade útil, graças, em grande parte, à ajuda financeira e outras formas de cooperação da Reitoria da Universidade. O Reitor é membro do Instituto, o que confirma a minha tese de que as instituições brasileiras não subsistem por si mesmas, desvinculadas de influências pessoais. O Rio Grande Sul representa uma atitude especial, já mencionada neste estudo – o empenho, o zelo, a quase obsessão integracionista. Na conversa com Moysés Vellinho, o melhor crítico literário da província, percebi claramente o interesse dos intelectuais gaúchos em fortalecer e difundir a consciência de que os genuínos valores e a lídima tradição do Rio Grande do Sul são os luso-brasileiros. Trata-se de uma natural e, ao mesmo tempo, deliberada reação contra os efeitos descaracterizadores que poderiam advir do fluxo migratório externo e da situação de fronteira geográfica.

Por essa razão, os pesquisadores gaúchos de história e de literatura se preocupam especialmente com os estudos da região, em relação aos quais a *Revista da Província de São Pedro* (nome bastante significativo daquelas intenções) constitui, ao mesmo tempo, ponto de aglutinação de estudiosos e fonte de estímulos à pesquisa.

O Recife, São Paulo e o Rio transcendem, na pesquisa literária, o interesse regional, com a presença de dois tipos de estudiosos de categoria:

pesquisadores e historiadores da literatura brasileira que fazem, neste terreno, o que outros têm feito no plano sociológico: o estudo do conjunto da literatura brasileira (obras recentes mais significativas: *A Literatura no Brasil*, trabalho de equipe sob a direção do Prof. Afrânio Coutinho, e *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, Professor da Faculdade de Filosofia de Assis, Estado de São Paulo).

As revistas literárias – de âmbito nacional – são muito poucas e de aparecimento irregular; às vezes, de curta duração. Entre as mais importantes, se destacam *Revista do Livro* e *Revista Branca*, no Rio, e *Diálogo*, em São Paulo – esta sendo igualmente interessada em questões filosóficas.

Os professores e pesquisadores das várias províncias visitadas se referiram, amargamente, ao seu isolamento. Moysés Vellinho, no Rio Grande do Sul, por exemplo, acentuou o fenômeno de rarefação intelectual brasileira, a solidão e ao autodidatismo do nosso intelectual, as dificuldades de se informar, de abordar corretamente a sua especialidade, de organizar a sua cultura. Todos se queixam das entidades responsáveis pelos serviços de documentação e informação e difusão cultural.

Recriminação geral se faz, também, contra a falta de publicações, particularmente na universidade. Este fato repercute no intercâmbio cultural, só possível à base do interesse recíproco pela produção intelectual dos vários países.

O intelectual brasileiro, de resto, escreve pouco, entre outras razões, por falta de tempo e de estímulos. A atividade intelectual entre nós no Brasil não chegou a ser autônoma: e disto a razão mais radical é a própria estrutura social brasileira, onde não encontra o intelectual posição autônoma, inclusive pelo seu próprio distanciamento da realidade brasileira. Paga-lhe esta, na mesma moeda, pela distância e pela indiferença.

Quanto ao intercâmbio, deve-se notar:

1) É muito escasso o conhecimento, mesmo dos professores universitários – salvo no Rio e em São Paulo – da produção literária hispano-americana. Nesse particular, dever-se-ia amiudar os contatos, as bolsas de estudos, as visitas recíprocas de professores, estimulando-se igualmente a pesquisa conjunta. A meu ver, isto seria possível através das universidades, com a assistência da CAPES.

2) Como existem na América do Norte – particularmente o Instituto de Nova York e a Universidade de Wisconsin; em alguns poucos países sul-americanos; e em várias e importantes universidades européias, sobretudo na França, na Inglaterra e na Alemanha – cursos de língua e literatura ou civilização brasileira, o interesse de nossa política cultural será:

a) centrar sempre esses cursos no estudo da civilização brasileira, apresentada globalmente, e com ênfase em nossa atualidade e na indiscutível e crescente importância do Brasil no atual processo histórico do mundo.

O Brasil deve sair de uma posição de minoridade e passividade, de quem apenas espera receber; e abandonar uma política cultural burocrática e puramente formal que faz ação de presença apenas simbólica. Com efeito, entre outras falhas, não pomos à disposição de nossos agentes o mínimo de condições para cumprirem com sua missão. Pessoalmente, constatei em universidades européias em que funcionam cursos de língua e literatura brasileiras a impressionante carência de fontes literárias brasileiras e de informação em geral sobre o nosso país.

b) Outrossim, o interesse mútuo pelas nossas literaturas, sobretudo na área continental e particularmente sul-americana, tem de surgir, como assinalamos no Capítulo 2, de outros procedimentos que não se reduzam a meros expedientes diplomáticos. A política cultural que se realiza, inteiramente em função dos interesses da política geral, conduzida por vias diplomáticas, tem-se revelado infrutífera, e assim o será sempre. O julgamento do valor das nossas culturas não poderá firmar-se em critérios extrínsecos ao seu conteúdo; daí a necessidade de estudos globais de nossas civilizações, dirigidos por pessoas da mais alta competência, através dos quais ressaltem as afinidades na cultura, no desenvolvimento do processo nacional e no quadro de *valores vitais* de nossas várias nações.

Esse sentido vitalista da cultura americana em parte já foi realizada pela civilização norte-americana, que construiu, com saudável originalidade, o mundo novo. Atualmente, a América, como já teve ocasião de observar o Prof. Anísio Teixeira, tem medo de si própria e não guarda a mesma coragem jovial no confronto com o Velho Mundo – ou com o novo mundo soviético que ameaça o novo mundo americano.

Temos de acreditar nos valores vitais de nossa cultura que deles recebe o seu frescor e fecundidade. Toda cultura autêntica se baseia nessa ordem de valores, submetidos, depois, longamente, a um processo de refinamento, de decantação, de enquadramento a categorias intelectuais. A distância entre os valores originários e as suas cristalizações mais remotas é coberta por uma elaboração contínua que assegura, através do tempo, a vitalidade e a identidade fundamental da cultura.

Mas é preciso que os nossos países identifiquem a consciência que têm desses valores e acreditem neles. E que a consciência dessa originalidade se refira não só a cada país, mas à cultura americana como tal.

### 6.3 Filosofia

Puros filósofos, atualmente no Brasil são pouquíssimos. Dos professores de filosofia, alguns têm competência e erudição, mas pouco produzem. O fato se deve a várias razões, entre as quais vamos destacar a que nos parece a mais importante.

O pensamento brasileiro, temos repetido insistentemente, esteve sempre desligado da vida brasileira: nunca se exerceu como elemento de conscientização do processo nacional. Tínhamos uma cultura transplantada, refletindo experiências alheias que, por falta de afinidade, não poderíamos assimilar, e à sombra da qual medrou a *intelligentsia* nacional. A Escola de Recife, exceção feita a Sílvio Romero, sempre que se libertava de seu germanismo, é responsável em grande parte pelo caráter de alienação de nossa cultura na sua forma mais alta e representativa, que é a da consciência crítica expressa na filosofia. Privado de contatos estimulantes com as nossas realidades, o pensamento se alienou, se “eruditizou” – e em filosofia, ainda hoje, chegamos, muito freqüentemente, mais à informação erudita que à reflexão crítica e à produção original.

Tivemos uma longa tradição livresca, carente de originalidade, e ainda hoje estamos longe da verdadeira consciência filosófica. Basta atentar para um movimento como o que originou o ISEB, o qual, entre outras ambições, visava a dar autenticidade e personalidade nacional ao nosso pensamento, enraizando-o nos problemas reais do País e na perspectiva do seu movimento histórico. Lamentavelmente, ao invés dessa corajosa e humilde “assumpção” do Brasil, dessa abertura plena da inteligência à objetividade, o ISEB está vendo florescer no seu seio o mais irrefreado sectarismo com suas naturais conseqüências: o voluntarismo dogmático, a intolerância inquisitorial, o imediatismo político. Nada daquela longa e despojada visão dos verdadeiros líderes intelectuais que pretendiam ser. A atitude isebiana é anti-intelectual e antifilosófica por duas razões: pela passionalidade às vezes quase fascista e pela ausência da visão da totalidade. Não se entregam à objetividade, não se deixam levar pelos caminhos da fecundidade e do dinamismo das idéias enraizadas na realidade: antepõem-se a essa visão, pretendendo ditar aprioristicamente os esquemas de pensamento e de ação. Agem mais como opiniáticos do que como filósofos e cientistas; mais como partido do que como escola; e, para lembrar uma distinção cara a Emmanuel Mounier, mais como políticos do que como profetas.

Este fato atesta a debilidade em que infelizmente ainda se encontra o nosso espírito filosófico, ou, o que é mais exato, os desvios tradicionais do nosso espírito em relação à realidade brasileira, os quais impossibilitam a elaboração filosófica; pois colocam o espírito em falso, sem apoio nas nossas experiências e sem comunicação com o húmus dos fatos.

Se a reflexão filosófica entre nós, como aliás todos os esforços de teorização no campo das ciências sociais, não se tivesse distanciado tanto dos nossos problemas reais, já a teríamos hoje muito mais viva, produtiva e prestigiada.

Há dois pontos que, a meu ver, devem ser lembrados quanto aos nossos estudiosos e professores de filosofia:

1) Necessidade de vencer as limitações do autodidatismo, pelo contato, através de longos estágios, com os centros mais importantes de estudos filosóficos.

2) Adquirir plena consciência do conjunto das problemas do nosso tempo e valorizar a especulação filosófica que se elabora com os dados de nossa experiência e de nossos valores vitais; que reflita a nossa situação como povo e como nação e a consciência de seu existir e de seu destino; que se forma pela visão dos fatos, determinada pela nossa posição no mundo e pela aventura de nossa cultura; que se ligue funcionalmente à ação, com o abandono da indiferença com que era tratada.

É necessário formar uma geração de professores de filosofia e de filósofos, num país em que a imaturidade intelectual e a forma tumultuária com que vem se processando o seu desenvolvimento precisa de critérios precisos para julgar os fatos e as idéias, e formulá-las adequadamente.

Com relação aos atuais especialistas brasileiros, a imensa maioria está ligada à Europa. Poucos se interessam pela filosofia norte-americana. Porto Alegre e Curitiba mantêm contatos relativamente freqüentes com universidades sul-americanas, particularmente da Argentina, Uruguai e Chile, através de conferências, cursos, visitas e correspondência. É um intercâmbio que poderia facilmente ser intensificado e tornar-se mais regular, sendo este um dos pontos concretos a ser considerado pelo American Council of Learned Societies.

Entre as revistas de valor que se publicam neste campo, destacam-se as das Faculdades de Filosofia das Universidades de Belo Horizonte e de Porto Alegre, e duas de São Paulo: *Revista Brasileira de Filosofia*, do Instituto Brasileiro de Filosofia, e *Diálogo*, da Sociedade Cultural Nova Crítica (revista também literária). Só a *Revista Brasileira de Filosofia* circula em todo o Brasil; mas – ainda que servindo a uma entidade de conagração de todos estudiosos na especialidade, dentro do País, e de ser única, no gênero, entre nós – ainda não conseguiu ser para a filosofia o que a *Revista de Antropologia* é, por exemplo, para esta especialidade: instrumento de trabalho em que a maioria dos interessados cooperam e do qual se utilizam eficazmente. Mas, tanto o Instituto Brasileiro de Filosofia como a sua revista constituem hoje no Brasil os mais eficientes meios de aglutinação dos pesquisadores e estudiosos; valendo ainda destacar os quatro Congressos Nacionais e um Congresso Internacional que, sob os seus auspícios, já foram realizados, com grande comparecimento e sensível elevação dos níveis de trabalho de um para o outro.

Com relação à América do Norte, cabenos transmitir aqui a recriminação do professor Miguel Reale, presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia, em relação a esse país:

a) não respondem os destinatários americanos à correspondência do Instituto Brasileiro de Filosofia, nem lhe remetem, as entidades ligadas à filosofia, as suas revistas e publicações;

b) as entidades convidadas jamais mandaram representações aos congressos do Instituto Brasileiro de Filosofia, nem tampouco lhe endereçam qualquer convite. As dificuldades de comunicação se agravam por não existir naquele país um órgão central encarregado de promover o intercâmbio internacional.

Na entrevista que mantivemos com o Prof. Cruz Costa, Catedrático de História da Filosofia da Universidade de São Paulo, destacamos alguns tópicos:

a) Os cursos de filosofia no Brasil estão desmoralizados. Os melhores alunos procuram outros cursos.

b) Em São Paulo, o intercâmbio cultural é prejudicado por motivos ideológicos: os professores vindos do estrangeiro, por exemplo, só têm acolhimento no meio do pequeno grupo que os trouxe.

c) Considera necessária a vinda de professores estrangeiros, sobretudo moços: pela maior possibilidade de identificação com a nova geração.

d) É de formação européia, sobretudo francesa, e atribui fundamental importância à influência da cultura européia no Brasil. Receia que o abandono da tradição humanística por que estamos enveredando termine por deixar-nos sem rumo algum.

e) Atitude de reserva em relação à América do Norte, embora reconhecendo a importância de algumas Universidades, como Harvard, Yale etc.; restrições à de Columbia, cuja importância lhe parece mais aparente que real.

f) Acredita que em filosofia a nossa produção é melhor que a dos demais países latino-americanos.

g) O quadro de professores se mostra deficiente, embora com perspectiva de melhorar no futuro próximo (esta observação parece contraditória, em relação com a de que os alunos de filosofia são de qualidade inferior).

h) Os bolsistas devem procurar, em vez de cursos regulares, professores e especialistas sob cuja orientação possam trabalhar, adquirir técnicas de trabalho e realizar tarefas específicas. Criticou, severamente, a deficiência de recursos

para a aquisição de livros, a falta de revistas, boletins bibliográficos e outros elementos de informação.

#### 6.4 Antropologia e Arqueologia

1) Os estudos antropológicos vêm adquirindo, de forma crescente, no Brasil, caráter rigorosamente científico. Há algum tempo, os estudos antropológicos estavam muito ligados à sociologia, ou se confinavam à etnologia brasileira. Não havia, nem há, uma escola, um curso sequer de antropologia no Brasil (salvo o que foi recentemente instalado na Faculdade de Filosofia de Curitiba, Estado do Paraná). Vai a uma meia dúzia apenas o número de nossos antropólogos profissionais.

A geração ainda agora dominante nas escolas superiores é formada de elementos recrutados dos antigos quadros das profissões liberais, os quais, bem ou mal, se acomodaram às suas novas funções acadêmicas. A falta de autonomia de alguns desses campos, há duas e três décadas, e de uma metodologia específica, encaminhava os pendores naturais e alguma vaga iniciação para uma atitude por assim dizer pré-científica, de caráter amadorístico e autodidático, em que alguns faziam por *hobby* o que depois viriam a fazer por profissão. É o caso, por exemplo, do Prof. Loureiro Fernandes, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Curitiba, que era médico de profissão e antropólogo amador, e é hoje um competente especialista do País.

As novas profissões e disciplinas científicas formaram os seus quadros à base de dois tipos de intelectuais: os que partiam de uma cultura literária e os que partiam de uma profissão técnico-científica. É fácil constatar, como fizemos noutra parte deste trabalho, a melhor adaptação dos últimos às novas disciplinas da cultura moderna e ao trabalho universitário. O hábito dos métodos experimentais e da manipulação empírica lhes dava a *forma mentis* necessária ao tratamento de novas disciplinas científicas.

2) Apesar de não contarmos com mais de meia dúzia de especialistas e apenas um, e recente, curso específico de antropologia, multiplicaram-se pelo Brasil cursos de antropologia integrantes das seções de geografia, das Faculdades de Filosofia. Essa aberração se deve à rigidez e uniformidade dos padrões educacionais brasileiros, que incluem a antropologia em todos os cursos de geografia das Faculdades de Filosofia. Foi assim improvisado um sem número de professores de antropologia, com a natural deformação que tais circunstâncias tinham de determinar.

3) Apesar disso, vêm-se registrando apreciáveis esforços no terreno da antropologia em vários centros de estudo brasileiro: notadamente no Rio (Faculdade de Filosofia e Museu Nacional), em São Paulo (Faculdade de Filosofia) e em Curitiba, cuja universidade possui o mais atuante Departamento de Antropologia do País, acolhendo estagiários de outros centros, que para isto dispõem de bolsas da CAPES (média de 8 bolsas por ano); Recife (Instituto Joaquim Nabuco); Bahia (Universidade e Fundação para o Desenvolvimento da Ciência); Pará (Museu de Antropologia, no Museu Goeldi). Os trabalhos de Porto Alegre e Fortaleza têm pouca significação neste campo.

4) Intercâmbio (observação do Prof. Castro Faria, arqueólogo do Museu Nacional):

a) O especialista norte-americano de alto nível dificilmente vem trabalhar no Brasil: prefere a arqueologia andina, pelas vantagens que oferece ao seu currículo profissional, dada a existência da cadeira em universidades americanas, pelo valor intrínseco das peças arqueológicas.

b) O melhor sistema é obter especialistas novos, mais fáceis de deslocar, e são numerosos e de bom nível os que podem ser contratados.

c) Na América do Sul: o México, a Argentina e o Chile têm realizado interessante trabalho. Mas para o arqueólogo e antropólogo brasileiros não há muito o que buscar, do ponto de vista científico, nos países sul-americanos, além do México.

d) Segundo o Prof. Castro Faria, existem apenas dois centros antropológicos importantes, depois dos Estados Unidos: o mexicano e o brasileiro. Todavia, a antropologia mexicana, interessada diretamente na solução de problemas do país, toma uma feição predominantemente pragmática, enquanto no Brasil prevalece o interesse propriamente científico.

Da entrevista com o Prof. Egon Schaden (Catedrático de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo), destacamos as seguintes observações e reparos:

a) falta de revistas e livros especializados nas Universidades;

b) dificuldades de contatos com outros antropólogos: foi em 1952 à Europa, por conta própria;

c) deve-se a iniciativa sua a *Revista de Antropologia*, por ele mantida. Repito observação feita anteriormente: uma das provas da precariedade de nosso sistema universitário é que as melhores realizações de seus professores ocorrem sem a intervenção direta da Universidade;

d) acredita que a *Revista de Antropologia* e a Associação de Antropologia – esta de âmbito nacional, resolvem o problema da comunicação entre os especialistas brasileiros, assim como de informação bibliográfica e do noticiário sobre a especialidade. De minha parte, sou partidário de que essa solução seja, quanto possível, generalizada, à maneira de uma instância superior, disciplinadora, apoiada na autoridade técnica da corporação dos cientistas que dela fazem parte (ver Capítulo 3).

e) as Reuniões de Antropologia (de propósito, evitou-se o nome de “congressos”) contam com duas categorias de participantes: os iniciantes e os efetivos. As comunicações em geral são sérias, apresentam-se relatórios sobre trabalhos e planos em desenvolvimento, e se organizam mesas-redondas sobre pesquisas feitas e a fazer;

f) pouco interesse dos alunos pela antropologia, devendo ser a principal razão desse fenômeno a falta de mercado de trabalho. Raras as vocações nesse campo. E como a antropologia é disciplina integrante de outras cadeiras no currículo universitário, ordinariamente o seu estudo não vai além da introdução;

g) os contatos mais freqüentes do Prof. Schaden são com a Alemanha, por causa da sua formação científica e dos conhecimentos que fez na Europa em 1952. Acha interessante o intercâmbio com a América do Norte. Recebe as revistas mais importantes na especialidade em todo o mundo;

h)) tem relativa facilidade em publicar os seu trabalhos, através da Universidade;

i) o setor mais forte da Universidade é o de ciências naturais, por influência das missões estrangeiras, sobretudo a alemã, que, ao contrário das outras, se fixou em São Paulo.

## 6.5 Ciência Política

Com o caráter de Teoria de Estado, é uma disciplina tradicionalmente ligada ao currículo de Direito; a perspectiva sociológica e pragmática só veio a merecer atenção especial nos cursos de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia. São, porém, juristas todos os professores da disciplina em universidades brasileiras, graças, sobretudo, à influência da orientação européia. Antes da guerra, os problemas que seriam mais tarde objeto da Ciência Política confundiam-se, quase, com os do Direito Constitucional. Esta foi a diretriz inicial dada a esses estudos no Brasil, e da qual a nova geração vem se desviando, em grande parte por influência norte-americana. Todavia, ressurgiu recentemente a influência francesa, ela própria marcada por uma preocupação sociológica e pragmática ao modo da América.

O nível dos professores, em geral, é apreciável. Volto a lembrar a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, de alto nível e profundamente interessada na problemática política brasileira. Tem publicado o resultado de pesquisas muito interessantes, como, recentemente, as que se realizaram sobre problemas de sociologia eleitoral.

Mesmo assim, na maior parte dos centros culturais visitados, não se chega, senão timidamente, à fase das investigações originais.

Anotamos, a seguir, algumas observações colhidas em entrevistas com alguns desses especialistas, começando pelo Prof. Nelson Sampayo, Universidade da Bahia:

a) O sistema federativo brasileiro apresenta afinidades com o americano, mas a estrutura (aparente) dos nossos partidos políticos é semelhante à dos europeus. São, portanto, duas problemáticas complementares. Interesse, por isso, do intercâmbio com os dois campos;

b) Os juristas e doutrinadores políticos brasileiros discutem o problema em plano abstrato e ideal, diferentemente dos anglo-saxões. Entre outras razões, influência de leituras estrangeiras que nos alienaram da realidade brasileira.

Professor Paulo Bonavides (Universidade do Ceará):

a) Pretende fundar o Instituto Cearense de Ciências Políticas. Objetivo principal: pesquisas em torno do processo político local e regional. Impossível atingir esses objetivos na Faculdade de Direito (rotina, resistência passiva).

b) Necessidade de intercâmbio: a vinda de conferencistas se evidenciou inútil; só cursos suficientemente longos poderiam dar resultado. Grande dificuldade de professores locais realizarem cursos no estrangeiro.

c) Tem formação européia, que é a predominante no meio, embora também se verifique larga influência norte-americana.

Professor Lourival Gomes Machado (Universidade de São Paulo):

a) A Ciência Política sofre o *handicap* da falta de chance profissional.

b) Influência francesa, americana, e, em menor escala, inglesa.

c) Está procurando criar um Centro de Documentação Política (à maneira de Toynbee), com uma parte de documentação geral e outra de documentação brasileira.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, sugiro que seja levado conta, no intercâmbio com os demais países, o trabalho das Universidades de São Paulo, Rio (através de seu recente Centro de Estudos Sociais e Políticos), Belo Horizonte, Rio Grande do Sul, Recife e Bahia.

## 6.6 Estudos Clássicos

São raros os especialistas brasileiros de alta categoria nesse campo. Métodos obsoletos de ensino, visão falsa das humanidades clássicas. As graves deformações desse ensino constituem a razão principal das dificuldades de recrutamento de especialistas: a opção de inteligências superiores por estudos orientados de forma tão medíocre e carente de interesse, só excepcionalmente pode ocorrer.

Só no Rio e em São Paulo uns poucos pesquisadores e professores elevaram esses estudos a um nível satisfatório.

Entrevista conjunta dos Professores Aubreton (grego) e Tonioli (latim) da Universidade de São Paulo:

a) Não há, entre nós, o hábito de trabalhar sobre textos. Estão cogitando de preparar uma equipe, enviando para longos estágios em universidades européias os seus pós-graduados mais capazes.

b) Dos contatos que têm tido com professores da Bahia, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, constatam graves deficiências, em grande parte decorrentes da falta de fontes de estudos.

c) Escassez completa de informação sobre a especialidade. Os estudiosos de letras clássicas são os que se encontram mais isolados e desassistidos no país.

d) O *Boletim de Estudos Clássicos*, publicado pelo Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de São Paulo, poderia ser uma solução parcial, se contasse com a solidariedade de outras Faculdades e ajuda financeira da CAPES.

O Professor Sobreira, da Universidade de Fortaleza, Estado do Ceará, também entrevistado, revelou razoável conhecimento de bibliografia especializada, formado na leitura regular de revistas francesas. Não tem contato de qualquer espécie com especialistas de outros países da América. Fundou em Fortaleza um Instituto de Cultura Clássica, privado, o qual tem apresentado bom resultado.

## 6.7 Direito

Em grandes linhas, procurarei resumir algumas observações feitas sobre os estudos jurídicos no Brasil. As nossas Faculdades de Direito têm estranhamente – e o fenômeno foi mais acentuado até a década de 1930 – duas faces distintas e até certo ponto antagônicas: a cultura que transmite e as influências reais que exerce sobre o ambiente. A cultura é sociologicamente alienada; mas a sua participação no meio é intensa e militante.

### **Durmeval Trigueiro Mendes**

Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: American Council of Learned Societies, 1959. 103 p. (mimeo.)